

Universidade da Maia

Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento



O Contexto Familiar Como Fator de Risco Para a
Violência Noutros Contextos

Cátia Juliana Nogueira Soares

Criminologia

Orientador Institucional

Professora Doutora Madalena Sofia Alves de Oliveira

RESUMO

A partir de 1960, a violência nas relações de intimidade apresentou-se à sociedade como um fenómeno cujo exercício de violência foi validado por uma ampla bibliografia a partir da década seguinte. A literatura revela-nos que a compreensão para o problema motivou no nosso país uma gradual consciencialização e criação de políticas públicas e legislativas. Apareceram novas ramificações investigativas: violência no namoro assédio, *stalking*, entre tantas outras.

Da existência de hierarquias de poder na sociedade nasce o *bullying*. É usado e pensado como ferramenta que se serve da vulnerabilidade individual para acentuar desigualdades. Em consequência, praticar discriminação, dado que os *bullies* são guiados pelo preconceito e estigma, abrirá a porta para a exclusão, trazendo graves problemas em diversos setores da vida da vítima.

A análise da intergeracionalidade marcará presença neste trabalho e será um instrumento de auxílio na compreensão das temáticas abordadas.

A presente investigação tem como objetivo aferir se o contexto familiar dos jovens com Medida de Promoção e Proteção influencia a adoção ou normalização da violência noutros contextos, nomeadamente, nas escolas entre pares, e violência nas relações de namoro. Para tal, recorremos a uma amostra de 8 entrevistadas, com idades compreendidas entre os 43 e os 57 anos, que trabalhavam em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da Área Metropolitana do Grande Porto, e uma numa escola do mesmo distrito. Para o efeito, usamos um guião norteador de entrevista semiestruturada.

Todos os esforços serão no sentido de perceber como se traçam os comportamentos violentos, a sua origem e o impacto que exercem nos indivíduos.

Por fim, entendemos que apesar de todo o trabalho já desenvolvido, ainda há muito a fazer em matéria de prevenção e combate a todas as formas de vitimação.

Palavras-chave: intergeracionalidade; jovens; violência; namoro; *bullying*.

ABSTRACT

From 1960 onwards, violence in intimate relationships presented itself to society as a phenomenon whose exercise of violence was validated by an extensive bibliography from the following decade. The literature reveals that the understanding of the problem motivated a gradual awareness and creation of public and legislative policies in our country. New investigative ramifications have appeared: dating violence, harassment, stalking, among many others.

Bullying is born out of the existence of power hierarchies in society. It is used and thought of as a tool that uses individual vulnerability to accentuate inequalities. As a result, practicing discrimination, as bullies are guided by prejudice and stigma, will open the door to exclusion, bringing serious problems in various sectors of the victim's life.

The analysis of intergenerationality will be present in this work and will be a tool to aid in the understanding of the themes addressed.

The present investigation aims to assess whether the family context of young people with a Promotion and Protection Measure influences the adoption or normalization of violence in other contexts, namely, in peer schools, and violence in dating relationships. To this end, we used a sample of 8 interviewees, aged between 43 and 57, who worked in Commissions for the Protection of Children and Young People in the Greater Porto Metropolitan Area, and one in a school in the same district. For this purpose, we used a semi-structured interview guide.

Every effort will be made to understand how violent behavior is traced, its origin and the impact it has on individuals.

Finally, we believe that despite all the work that has already been carried out, there is still much to be done in terms of preventing and combating all forms of victimization.

Keywords: intergenerationality; young people; violence; courtship; *bullying*;

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Madalena Sofia Oliveira, por todo o apoio, dedicação, motivação e orientação prestada ao longo desta jornada. Toda a partilha de conhecimento, críticas construtivas e sugestões, foram imprescindíveis á realização deste objetivo. Obrigada por me ter acolhido tão bem nesta aventura e por ser um exemplo a seguir.

À memória do meu pai, que sempre será um ser de luz, que me inspira em todas as lutas que travo e em todas as conquistas que alcanço. Pai, esta dissertação é para ti.

Em especial, um forte agradecimento aos meus avós, Armando e Glória, por estarem sempre firmes ao meu lado, independentemente de tudo.

À minha mãe, por me ter proporcionado toda a minha formação e também pelo orgulho com que fala de mim.

Ao meu tio Zeca, pela paciência, pela disponibilidade, e por ter sido sempre um companheiro de viagens incansável.

Ao André, pelo imenso carinho, por toda a preocupação e pela coragem inesgotável. Por nunca me deixar desistir em momentos de dúvida e desânimo.

Aos meus amigos, em especial à Bárbara, pela força e incentivos constantes.

A todas as entrevistadas que aceitaram participar neste estudo, deixo aqui o meu enorme agradecimento pela vossa disponibilidade e pelo vosso contributo, pois só assim esta investigação se tornou possível de desenvolver.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I.....	3
TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA.....	4
1.1 Conceptualização do problema.....	5
1.2 A intergeracionalidade da violência.....	6
1.3. Violência no contexto familiar/na família de origem.....	12
1.4. Violência nas relações de intimidade.....	13
1.5. Violência escolar.....	14
1.6. Violência entre pares.....	16
1.7 Síntese conclusiva.....	19
CAPÍTULO II	20
ABORDAGENS TEÓRICAS À TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA.....	21
2.1. Breve introdução.....	22
2.2. Perspetivas individuais	22
2.3 Perspetivas familiares.....	23
2.4 Perspetivas socioculturais	26
PARTE	
II.....	29
ESTUDO EMPÍRICO.....	30
3.1. Metodologia.....	31
3.2. Objetivos gerais e específicos	31
3.3. Amostra.....	31
3.4. Procedimentos de recolha de dados e instrumentos.....	32
3.5. Apresentação e discussão dos resultados.....	32
3.6 Fatores de risco.....	32
3.7. Laços afetivos.....	36

3.8. Violência sob pais/cuidadores.....	40
3.9. Fatores na base da transmissão intergeracional da violência.....	43
3.9.1 O que precisa ser feito em Portugal?.....	47
3.9.2 Medidas importantes para a prevenção: como aplicá-las? junto de quem?.....	49
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

Definir violência varia de acordo com determinantes socioculturais e legais. Em Portugal, a Direção Geral de Saúde, caracteriza ações violentas como sendo “comportamentos reprováveis e condenáveis, com impacto negativo, que a curto, médios e longos prazos se repercutem na qualidade de vida e de saúde dos indivíduos e das populações” (Marques, 2016, p.1)

A violência poderá adotar múltiplas dimensões e contextos, sendo certo que ela poderá ocorrer em faixas etárias muito jovens, como é o caso da violência nas relações de intimidade que ocorre entre jovens, designada por violência no namoro.

De acordo com Duarte & Lima (2006, p.106) um fenómeno que ao início era encarado como raro e sem significado, mostrou ser o contrário, uma vez que, “os estudos internacionais mostram que os comportamentos violentos, são, infelizmente, frequentes nas relações de namoro, situando-se a taxa de prevalência entre os 22% e os 56%.

Assume-se a importância de entender este fenómeno, para que se possa preveni-lo, principalmente ao longo da adolescência, já que é durante a adolescência que se “inicia o comportamento que constituiu a fundação das relações românticas adultas e pode estabelecer padrões de relacionamento interpessoal ao longo da vida adulta, incluindo nas relações adultas” (Duarte & Lima, 2006, p.106).

Outra das facetas da violência, é a que ocorre entre pares, com grande enfoque no contexto escolar, vulgarmente designada por “*bullying*”, que no passado, era encarado como uma espécie de brincadeira. Algo que não era visto como criado para causar dano a outro. Ao repararmos no avanço do tempo, percebemos como as coisas se alteraram e ampliaram, fruto da investigação produzida pela academia, de quem legisla e da visibilidade que a comunicação social dá ao problema.

Esta configuração da violência muito específica começou a gerar angústia. O ser humano passou a olhar para a agressividade em contexto escolar através de uma ótica diferente, querendo aprofundar as ocorrências e, simultaneamente, pretendendo compreender e redefinir estas situações. O *bullying* deixa, assim, de passar impunemente despercebido.

A preocupação surgiu atendendo não só às situações violentas que pela sua agressividade notória jamais pode ser ignorada, como também pelo facto dos seus ataques, muitas vezes, não terem forma de serem visualizados e continuarem perturbantes. A título de exemplo, bilhetes com ameaças de cariz humilhante ou conteúdo ameaçador ou, por último, a vítima ser alvo de chacota virtual em grupos de *chat*. O *bullying* passou, assim, a ter um espaço de destaque porque passa da esfera da escola para a esfera da internet.

Embora existam vários estudos nacionais e internacionais de caracterização da prevalência e incidência do fenómeno, procuramos dar um contributo sob o olhar atento dos técnicos e técnicas que acompanham crianças e jovens como já acompanharam as gerações anteriores. Assim, esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos.

Procuramos, no primeiro capítulo, conceptualizar a problemática da transmissão intergeracional da violência, as suas diferentes tipologias e dimensões. Aviva-se a compreensão da violência no contexto familiar/na família de origem. Abordam-se questões como a violência nas relações de intimidade, violência escolar e violência entre pares.

Já o segundo capítulo é constituído pelas abordagens teóricas e explicativas à transmissão intergeracional da violência, focando as perspetivas individuais, familiares e socioculturais e uma síntese conclusiva.

A segunda parte evidencia o estudo empírico desenvolvido, incluindo a explicação da escolha da metodologia utilizada neste trabalho académico, qual o objetivo da investigação e a amostra. Destacam-se os procedimentos de recolha de dados e os instrumentos utilizados e apresentam-se a discussão dos resultados.

Esta dissertação encerra com os contributos e as limitações deste trabalho, bem como concomitantemente serão facultadas algumas sugestões para eventuais investigações no âmbito da Criminologia.

PARTE I

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA

1.1 Conceptualização do problema

A primeira das inquietudes é entender previamente o conceito de “intergeracional” para clarificar o seu significado e dar continuidade à trajetória deste trabalho académico.

No dicionário inglês da Oxford, o vocábulo “intergeracional” é “relativo a, envolvendo, ou afectando várias gerações” (Stevenson, 2010, p. 912). A Enciclopédia Verbo define-o como “a convivência entre duas ou mais pessoas que se encontram em diferentes fases da vida, implicando o seu reconhecimento e identificação, de modo a entenderem a plenitude e especificidade de cada um” (Cardoso, 2002, p. 1384).

À luz das definições salientadas, a que se adota é a que faz referência ao facto das relações de intergeracionalidade serem vínculos que se geram entre duas ou mais pessoas com idades diferentes, estando ambas em fases distintas das suas vidas (Oliveira, 2015).

O conceito de “violência” formou-se a partir do latim, “*vis*” remetendo para a ideia de força, espelhada na utilização de supremacia física sobre a outra pessoa (Chesnais, 1981). O termo violência não é algo que seja consensual, não obtendo a concordância geral. Mais à frente será abordado.

A violência é uma problemática tão antiga quanto a história. Promove a ressignificação de condutas, esquecendo a distinção de bem e mal, através da “contaminação”, digamos assim, da sensação de poder alcançada pela dominação do outro.

Mudanças ocorreram entre os séculos XVIII e XIX e assinalaram um período de transformações na maneira como se experienciava a violência, havendo uma gradual civilização referente às práticas e, por consequência, uma punição da violência em seio privado (Machado & Gonçalves, 2002). Durante este período, de notar que a infância e as crianças são encaradas com mais seriedade. Sob uma ótica social, passam a ser consideradas indivíduos que precisam de afeto e atenção diferentes (Chesnais, 1981).

No século XIX e com a chegada da industrialização as mentes alteram-se à velocidade da trajetória económica. A Revolução Industrial tem como bagagem o aumento do nível de vida e á vista disso a mudança na mente humana (Chesnais, 1981).

O advento do controlo social traz consigo instrumentos que buscam a normalização. Esta é a rampa de lançamento para a vítima onde se encaixa a inquietação de aniquilar condutas até a esta época, que eram observadas e refletidas como sendo normais (Machado & Gonçalves, 2002).

As condutas violentas espalham-se a nível societário (Besemer, 2012). No período contemporâneo, aparecem alertas para outros tipos de violência, a saber: violência ambiental, institucional, política e doméstica.

Investigações acerca da biologia da violência conduzem-nos a uma conclusão baseada na teoria de que a conduta humana é gerada através da cultura e da inteligência, o que será uma possível explicação para o facto de que certas situações só se encontram na interação humana. A título de exemplo: guerras, desporto, violência criminal ou conflitos étnicos e religiosos (Hurtas, Aliño & Hervás, 2005).

Após pontos descritivos da história da mesma, é tempo de direcionar o foco para uma breve definição de violência, que se compreende como aquela que melhor caracteriza a mesma, mediante a revisão da literatura.

1.2. A Intergeracionalidade da violência

A família é constituída por regras, práticas e valores que têm o seu lugar, tempo e história. Ademais, o termo família demonstra uma realidade social e institucional que está associada à política, no que respeita ao seu condicionamento e divulgações (Biroli, 2014; Walsh, 2016). Nesta complexidade que engloba o entendimento do sistema familiar, a noção de família surge constantemente ligada ao estabelecimento de vínculos, afetos e sentimentos. Ainda assim, as experiências que se vivenciam dentro dos laços familiares são de carácter individual, são particulares e fundamentais para o alcance da compreensão de quem somos, isto é, para a criação e formação das identidades.

Consideram-se características essenciais, a dinâmica e a estrutura da família, os estilos educativos dos progenitores, as relações com outros membros que fazem parte da família, entre outros, uma vez que podem modificar e influenciar os comportamentos das crianças, tornando-os “em agressores ou vítimas na sua relação com os pares”, conforme o pensamento de Serrate (2009, p.109). Compreende-se, também, que a família desempenha uma função social, além de transmitir a cultura de uma determinada sociedade às crianças/jovens, deve prepará-los para a prática adequada da cidadania.

Prossegue-se com uma revisão de estudos desenvolvidos por variados autores.

Estudos internacionais como o de (Calvete et al., 2016) mencionam o termo “intergeracionalidade” para fazerem referência à experiência da criança testemunhar ou sofrer violência intrafamiliar na fase da infância, sendo que no futuro podem ter tendência para repetir esses comportamentos agressivos. Faz-se referência a aprendizagens sociais que se dão a partir da

contemplação de padrões de pessoas de referência. Essas condutas são transmitidas ao longo de gerações. Assim sendo, a observação da manutenção de padrões de abuso na família é um fator que pode conduzir a crianças a situações também elas agressivas.

Corria o ano de 1997, quando se desenvolveram três grandes investigações, que foram conduzidas por Magdol et al., e apontavam uma taxa de prevalência de violência nas relações amorosas juvenis de 21,8% a 55,8% (Antunes & Machado, 2012).

Outro estudo contribuiu para a importância deste tema, nomeadamente, o de Straus em 2004, que foi levado a cabo em 16 países e em 31 universidades, salientando uma taxa de violência no namoro de 17% a 45% ao longo dos 12 meses que anteciparam o trabalho investigativo (Antunes & Machado et al., 2012, 2019, 2017 a).

Assim, estudos internacionais e nacionais revelam indicadores preocupantes de violência no âmbito de relações de namoro. Santos e Caridade (2017 a) a partir de uma amostra de jovens adultos entre os 18 e os 35 anos, 70,2% confirmaram ter sido vítimas de agressão psicológica ligeira, 28,6% foram vítimas de abuso sem sequelas e 28% sofreram de coerção sexual ligeira, tendo os homens admitido uma maior percentagem de coerção sexual ligeira e severa. Santos & Caridade (2017 a) constataram a existência de uma ligação entre a duração do relacionamento e a violência psicológica ligeira.

Jennings et al., (2017) citada por Caridade, Pinheiro & Dinis (2020), concretizaram uma revisão sistemática da literatura que envolveu 169 estudos que incidiam sob a violência no namoro e violência na intimidade, entre sujeitos com idades entre os 15 e os 30 anos. Nesta perspetiva, concluíram que a violência na intimidade apresentava uma maior prevalência em sujeitos mais velhos, sendo as mulheres aquelas que denunciam mais casos nos quais são violentadas.

Por sua vez, Silva (2015), apurou uma discordância de ideias sobre a violência no namoro juvenil, sendo objeto de desvalorização quando comparada com casais mais velhos.

De forma geral, os estudos nacionais e internacionais não demonstram grandes diferenças entre sexos, no que respeita aos índices de perpetração de violência no namoro e vitimização, embora as mulheres normalmente apresentem um índice um pouco superior.

Porém, estudos como o de Marques (2016) contrariam estes resultados, tendo este autor averiguado uma maior percentagem de vitimação masculina. Tendo em atenção este tipo de violência exercida sob os homens, verifica-se que há uma normalização da perpetração dos comportamentos violentos que provêm das mulheres contra os seus parceiros. Estas condutas são vistas como não sendo efetuadas de propósito, principalmente, quando se trata de tipos de violência mais ligeira, e.g. violência psicológica. Entende-se que a maioria dos inquiridos

definiu como atitudes violentas só aquelas que eram relativas à violência física, evidenciando uma clara ausência de conhecimento, no que respeita ao que pode ser encarado como comportamentos abusivos para com o parceiro numa relação amorosa. Mostram, assim, ainda algum nível de tolerância para com atos que não sejam fisicamente violentos (Marques, 2016, pp. 23-24).

À luz dos estudos de Gama, Veríssimo e Tomas (2017) percebeu-se que nas relações amorosas as formas de abuso mais comuns são a emocional e a verbal (estando relacionadas com a violência psicológica), perpetradas em maior número pelas mulheres.

Num estudo de Santos, Caridade & Cardoso (2019) uma amostra de 287 participantes observou que 13,9% admitiu ter perpetrado violência e 23,7% admitiu ter sido vítima.

O estudo de Hughes et al., (2016) numa amostra de estudantes universitárias do sexo feminino, das 206 inquiridas, a maior parte disse ter praticado violência psicológica sob o parceiro em situações emotivas. Por sua vez, algumas das estudantes afirmaram terem atitudes violentas a nível psicológico, em contextos de hostilidade, ou por brincadeira.

Quando os problemas “são resolvidos”, digamos assim, através do abuso, o abuso psicológico é o que se faz mais presente, não existindo diferenças que sejam significativas entre sexos. Porém, são os homens os que tendem a recorrer com mais frequência a este tipo de abuso, sendo eles também os mais vitimizados por este tipo que é descrito (Antunes, 2016). A vitimização e a perpetração por agressão direta, marcam presença em relações amorosas que são abusivas, entre jovens universitários do nosso país.

Caridade & Braga (2019), por meio de uma amostra de 2721 estudantes, contemplaram um índice de vitimação de 58,8% e de perpetração de violência com a intenção de controlar o/a parceiro/a de 63,2%.

A normalização e o consentimento da perpetração da violência, bem como a sua justificativa, auxiliam na culpabilização das vítimas de violência interpessoal. (Caridade & Braga, 2019). Um estudo sobre a culpabilização das vítimas de casos de violência interpessoal realizado por Eignenberg e Policastro (2016), registou uma dualidade de respostas. Por um lado, os inquiridos, de forma geral, não culpam a mulher pelo abuso e consideram não ser aceitável a sua atitude agressiva. Por outro lado, alguns dos inquiridos consideram que a agressão só acontece quando existe uma razão, enfatizando como um destes motivos, a conduta sexual da mulher.

Por seu turno, Santos (2019) no seu trabalho, percebeu que há uma baixa permissão com o abuso no namoro por parte dos rapazes. Estes têm uma maior tendência para reconhecer mais esta conduta do que as raparigas (a varável curso frequentado e prática religiosa, mostraram exercer influências nas respostas dos inquiridos).

Kearney (2015) focou-se em analisar as atitudes no que respeita á violência no namoro, assim como entender quais os sinais de risco, atendendo aos papéis de género e aos conceitos de hipermasculinidade e hiperfeminidade. A autora observou uma maior ligação por parte das estudantes do sexo feminino entre a hiperfeminidade a um maior reconhecimento da violência no namoro e uma menor legitimação desta. Por sua vez, a hipermasculinidade revelou-se como sendo o maior preditor de aprovação do abuso no namoro e uma maior falta de capacidade em reconhecer sinais de risco entre os estudantes do sexo masculino.

Na faixa etária entre os 13 e os 18 anos, portanto, na adolescência, surgem também como agressores das raparigas, os seus parceiros/namorados (Mattila & Col., 2005).

Os autores Kerley et al., (2010) realizaram uma investigação que visava entender a maneira como a exposição à violência na família de origem está ligada com a perpetração e vitimação nas relações íntimas. Fizeram parte da amostra 816 mulheres casadas que residiam em Bangkok, Tailândia. Evidenciou-se que as mulheres expostas durante a infância à violência intrafamiliar tendem a ser perpetradoras de violência psicológica quando já são adultas. Terem sido testemunhas da ocorrência de violência na família e terem sido vítimas de agressão física quando eram crianças, eleva a probabilidade de praticarem condutas físicas agressivas nas relações amorosas, quando adultas.

Analisando o impacto da agressividade na família de origem em violência em relações de intimidade futuras, os autores Franklin & Kercher (2012) avaliaram uma amostra aleatória de 189 homens e 360 mulheres, baseada em dados que foram recolhidos anteriormente pelo “*Fourth Annual Texas crime Victimization Survey*”, que efetuava uma avaliação no sentido de entender se nos 24 meses anteriores havia ocorrência de situações de vitimação e/ou perpetração de violência nas suas relações.

Tal como no estudo de Kerley e seus colaboradores (2010) descobriu-se uma associação entre violência na família de origem e execução e vitimação a nível psicológico. Ademais, encontrou-se também uma conexão entre violência nas relações e perpetração de violência física (Franklin & Kercher, 2012). Quer em Portugal, quer nos países latinos e nórdicos, predominam os agressores referentes à violência doméstica que são do sexo masculino-cônjuges ou ex-cônjuges, companheiros ou ex-companheiros, no grupo das mulheres agredidas em idade adulta (Bengtsson-Tops et al., 2005; 2010; 2011).

Olweus (1993) na Noruega, em 1983, efetuou uma investigação com 130.000 estudantes com o objetivo de apurar a incidência de participação dos alunos em casos de *bullying*. Os resultados verificaram que 15% dos participantes do estudo já estavam envolvidos com casos de violência

entre pares, o que apontava que 1 entre 7 alunos já eram potenciais vítimas ou autores dos diversos tipos de agressões e que destes 9% eram vítimas e 7% agressores.

No que tange a Carvalhosa, Lima & Matos (2002), numa pesquisa elaborada com 6903 sujeitos, verificou-se que 21% dos jovens foram vítimas no mínimo uma vez e 10% provocaram outros. Esta investigação foi ao encontro de estudos que se realizaram no estrangeiro, no que respeita à diferença de sexos, idade e escolaridade, comprovando, assim, um maior envolvimento dos rapazes em condutas de provocação, vitimação e duplo envolvimento, ou seja, ao mesmo tempo como agentes provocadores e vítimas.

Pereira e seus colaboradores (2005) efetuaram uma pesquisa com 4092 crianças das cidades de Braga e Lisboa, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos (2ºciclo). Os resultados evidenciaram que 21,6% dessas crianças foram violentadas uma vez ou mais, durante o primeiro período letivo. Os agressores eram maioritariamente rapazes. No que respeita à agressão a outros colegas, a percentagem que se encontra situa-se entre os 15,4%. Esta investigação concluiu, ainda, que das práticas de agressão/vitimação constam, principalmente, o insulto, chamar nomes, dizer mal dos outros, o dano físico e também o ato de subtrair objetos aos colegas.

Conforme Pereira (2008), o autor afirma que em Portugal, Almeida em 1999 usou uma amostra de 6200 estudantes em Braga e demonstrou que 20% dos alunos eram autores e 15% alvos deste tipo de violência. Ainda de acordo com Pereira (2008) na Inglaterra Whitney & Smith (1993) revelaram uma primeira pesquisa realizada na cidade de Sheffield, a qual se centrou em 24 escolas primárias e secundárias, sendo 17 escolas com participantes com idades compreendidas entre os 8 e os 11 anos, e 7 escolas com participantes com idades compreendidas entre os 11 e 16 anos, o que compõe uma amostra total de 6000 alunos entre os 8 a 16 anos, na qual os autores perceberam a gravidade do problema e sua disseminação em todas as escolas participantes.

Em 2021, o Observatório Nacional do *Bullying* apurou, na totalidade, 82 denúncias efetuadas maioritariamente por indivíduos encarregados de educação de vítimas ou ex-vítimas. Percebeu-se que 97,6% dos casos, vítimas e pessoas que eram agressores/as frequentavam a mesma escola e o recreio era o sítio no qual se passavam mais este tipo de situações. Constatou-se que a violência psicológica era a mais frequente (92%), seguida da violência social (65,9%) e da física (54,9%), sendo o aspeto físico a maior razão de confronto (53,7%) para atos de *bullying*, seguida por resultados escolares e da diversidade funcional (24,4%). Registou-se que em 45,1% dos casos, as vítimas precisaram de ser apoiadas psicologicamente (Associação Plano i, 2022).

Uma meta-análise de 60 artigos, levada a cabo por Evans et al., (2008) consideraram a hipótese da existência de uma ligação significativa entre a exposição à violência doméstica na

fase da infância e sintomas internalizantes, externalizantes e traumáticos subsequentes, sendo esta relação, especialmente no que respeita a condutas externalizantes futuras.

O estudo de Henning et al., (1997), mostrou que a exposição à violência doméstica na infância estava relacionada com níveis de sofrimento psicológico na idade adulta, englobando problemas de internalização e externalização. Esclarecendo, comportamentos negativos internos nomeiam-se comportamentos internalizantes e incluem: i) medo; ii) ansiedade; iii) depressão; iv) retraimento social; v) queixas somáticas.

Levando em atenção Pingley (2017), dos comportamentos negativos externos designados por externalizantes, constam: i) a agressão; ii) a presença de dificuldades nas relações interpessoais; iii) a intimidação; iv) a baixa autoestima; v) a delinquência; vi) o vandalismo; vii) incêndios de cariz criminal.

Quanto maior a frequência de exposição da criança entre a altura que nasce e a idade de três anos, mais condutas agressivas foram apresentadas após cinco anos, o que, em consequência, poderá culminar num resultado mais elevado de condutas agressivas ao longo da adolescência (Holmes, 1993). Um suporte familiar negativo, caracterizado por um débil envolvimento familiar, conflitos e adversidades comunicacionais, remete para a ideia de isolamento das crianças/adolescentes das influências boas que a família lhes possa proporcionar, tornando-os mais propensos à violência (Matjasko et al., 2010).

Desta feita, o contexto familiar pode possuir um peso significativo, uma vez que as práticas parentais, bem como o tipo de relação com os/as filhos/as, cumprem um papel fulcral no desenvolvimento de condutas de agressividade (Smack et al., 2015) e de *bullying* (Holt & Espelage, 2007).

A transmissão intergeracional da violência assenta assim na Teoria da Aprendizagem Social, revelando que os indivíduos que foram vítimas ou presenciaram condutas violentas na família de origem estão mais propensos a efetuarem atos agressivos numa perspetiva futura, ou de serem vítimas de violência no âmbito das suas relações (Gomes et al., 2007 cit in Oliveira, 2015).

Algumas explicações congregam a ideia de que a violência poderá ser aprendida por meio da modelagem da conduta desviante dos progenitores. Outras explicações incidem sob a predisposição genética relacionada com a conduta violenta. Autores clássicos avançam com a ideia de que a transmissão intergeracional se deve à combinação de fatores genéticos e sociais (Kaufman & Zigler, 1993).

Deste modo, o ambiente familiar várias vezes constitui um veículo facilitador de aprendizagem, através do qual muitas crianças/ jovens adotam práticas comportamentais que entendem

ser as mais corretas, dado que as observaram nas suas residências com figuras que adotam como modelos a seguir, acabando por desenvolvê-las nas suas relações de proximidade, nomeadamente, na escola, com grupos de pares, o designado *bullying* e também a violência nas relações de namoro, temas que fazem parte deste trabalho.

1.3. Violência no contexto familiar/família de origem

No que diz respeito ao mesmo termo e à sua etiologia, este continua a ser objeto de debate e investigação académica. A violência não é, portanto, algo recente nem específico de uma determinada conjuntura ou momento. É um problema social de dimensão universal, que perpassa fronteiras, estando distribuída por diversos setores, nomeadamente: cultural, económico, étnico, religioso, em que exista transversalidade. Esta temática encontra-se na sociedade de forma prevalente.

Os pais são as figuras representativas que mais exercem influência junto dos seus filhos/as por partilharem um laço de sangue, por isso, precisam de ser uma boa referência para estes/as, transmitindo-lhes de forma ideal princípios basilares. A título de exemplo, valores morais, autocontrole, bondade, empatia e sensibilidade.

A família possui duas funções: a de proteger e de socializar. É em contexto familiar, no âmbito da socialização primária, que se desenvolvem os padrões de construção de identidade, tendo como orientação o ambiente no qual se inserem (Caetano, 2016).

É claro o dever que a família tem de transmitir segurança à criança/jovem, assegurando o seu bem-estar num ambiente propício ao seu crescimento, contribuindo para a criação e promoção de ideais positivos a serem produzidos. Contudo, é muitas vezes neste contexto de socialização primário, precisamente nesta esfera, que surgem episódios de agressividade, no qual a criança/jovem é testemunha de padrões agressivos de pessoas que fazem parte da sua vinculação.

A violência doméstica entre pais, também designada na ótica de alguns autores como violência interparental, é um dos mais variados fenómenos de vitimação que assume enorme destaque na vida das crianças/jovens (Caridade & Sani, 2016). Também podemos encaixar o conceito de violência intrafamiliar que é utilizado com frequência para designar a violência que sucede no ambiente doméstico e familiar, atingindo crianças, adolescentes e mulheres (Azevedo et al., 1993; 1994; 2000; 1999)

Atendendo à história, a violência no seio familiar era encarada como um tipo de agressão menos importante do que aquela que acontece publicamente, sendo só nos últimos 30 anos reconhecida como um problema social preocupante (Merry, 2011).

A violência no contexto familiar não acontece isoladamente, uma vez que as crianças estão expostas a este acontecimento. Nos Estados Unidos, 1 em cada 15 crianças são expostas por ano e mais de 275 milhões são expostas à escala mundial (Howell et al., 2016). Quando experiências negativas por parte dos progenitores acontecem, estas são disseminadas pelos ideais da criança/jovem, que podem facilmente tornar-se distorcidos, uma vez que esta dará como certas as práticas erradas a que perscruta podendo replicá-las, dado que viu as pessoas em quem mais confia a ter determinado tipo de comportamento.

Os autores Slee & Rigby (1993) declaram que as relações interpessoais que as crianças e jovens estabelecem entre si são importantes, no que respeita a ter uma infância feliz, bem como para terem uma vida adulta benéfica e funcional.

1.4. Violência nas relações de intimidade

É certo que a violência está presente no quotidiano de todas as sociedades. Todavia, só nos anos 60 é que esta recebeu a merecida visibilidade, quando se deu atenção a alguns sinais que se prendiam com situações em que agressões físicas eram dirigidas a crianças, sendo normalmente causadas pelos progenitores ou cuidadores. Aparecia, assim, a síndrome da criança maltratada/batida.

Na década seguinte, conheceu-se o conceito de síndrome de mulher batida (Barak, 2003). O foco centrou-se na violência física, dado que as marcas que a mesma provoca são mais notórias, portanto, consegue-se reconhecer mais facilmente. Nos dias de hoje, quando se abordam estas síndromes, as tipologias que se inserem para a sua definição abarcam também a violência física, psicológica e a de cariz sexual, como já mencionado anteriormente.

A apreensão relativa ao testemunho da agressividade surgiu em fins da década de 70, provavelmente ligada ao facto de se entender a violência em contexto de intimidade como uma problemática que se encaixa na sociedade, tal como o abuso de crianças. Sendo um fenómeno abrangente que conta com implicações que não são somente individuais, mas também são sociais, a sua investigação assumiu importância, numa atitude de criar ferramentas que visem a proteção e a intervenção.

É preponderante determinar a panóplia de definições dos conceitos que se entendem ser aqueles que melhor se ajustam para nortear este nosso estudo. Considera-se a definição de

Antunes, (2002, p.47) uma das mais íntegras: Qualquer atitude, comportamento ou omissão com o objetivo de causar, continuamente e com grande intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de forma direta ou indireta (através de ameaças, enganos, coação ou outro tipo de estratégia), a qualquer indivíduo que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas-crianças, jovens, adultos ou idosos) - que vivam em teto comuns) ou que, não vivendo no mesmo agregado doméstico privado que o agressor, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro de casamento (p.47).

A definição acima revelada não inclui a violência no namoro. Esta somente começou a ser tida em consideração, depois da violência doméstica, como exprime a investigação publicada por Makepeace (1981), que foi o primeiro autor que demonstrou preocupação com esta problemática, publicando o seu primeiro trabalho relacionado com a prevalência da violência entre casais universitários. Nele concluiu que uma em cada cinco relações de namoro estabelecidas entre estudantes universitários (Antunes & Machado, 2012, p.93) revelava indícios de violência (Antunes & Machado et al., 2012; 2016; 2017).

A investigação da violência em contexto de relações de intimidade envolve referências que se relacionam com a violência doméstica, violência no namoro e violência familiar (Oliveira & Sani, 2009; Oliveira, 2015). Produz-se uma possível ligação entre estas três formas de violência expostas, num plano de reiteração das experiências ao longo da vida: ver ou sofrer de vitimação relativamente a condutas violentas enquanto criança na família de origem, poderá conduzir a experiências de agressividade no namoro (Oliveira, 2015) .

1.5. Violência escolar

Como abordado, etimologicamente o conceito de violência provém do latim *vis* que remete para a ideia de força (Pedro, 2002). O autor interroga-se sobre a necessidade de perceber a que tipo de força se refere: força física ou força interior de poder. Chega à conclusão de que “Muito embora nem toda a força se constitua em violência, o certo é, porém, que toda a violência é uma forma forte de força” (Pedro, 2002, p.3).

Acrescenta, ainda, que o termo violência possui vários significados. É subjetivo, complexo e ambíguo. Por isso, não há uma definição que se assuma como completa e que seja suficientemente abrangente acerca deste problema (Pedro, 2002).

Também Dubet (1998) afirma que há complexidade em definir o termo violência usado na literatura nos últimos anos. Contudo, pensa ser mais correto utilizar o termo comportamento

antissocial como o vocábulo que é comum a uma panóplia de condutas agressivas, nomeadamente brincadeiras, ameaças e violência de cariz sexual.

Sebastião e colaboradores (2003, p.50) entendem que a violência espelha uma conduta mais grave do que a indisciplina. Enquanto a violência manifesta-se através de agressividade ao nível verbal e físico, a segunda retrata uma conduta considerado incorreto.

Azevedo (2004, p.3) menciona que a violência assume várias formas, num terreno mais exato. Pode ser percecionada como uma quebra célere da ordem e tranquilidade numa certa situação, sob o formato de força física, psíquica, moral, intimidando ou atormentando o próximo. A literatura pronuncia-se, ainda, sob a violência pública e a violência privada: a primeira, é mais observável e implica a imagem social, criando mais debate; a segunda é mais particular e íntima, e.g, violência no seio familiar, com o cônjuge e também os seus descendentes. Para Almeida (2007, p.37) este indica que a violência deve considerar-se sob duas coisas: a atitude agressiva propriamente dita e o que levou/despoletou essa conduta. O mesmo autor acima mencionado (2007, p.37) chama a atenção para o facto de a violência ser um fenómeno híbrido, uma vez que existem dificuldades em definir os limites entre o que é ou não violência. Esta pode ser encarada à luz de três perspetivas: i) profissionais de justiça ressaltam mais os motivos legais e jurídicos, o seu lado penal; ii) os profissionais de saúde conferem destaque às proporções da medicina; iii) os profissionais do ensino sobressaem as estratégias educativas ou da comunicação, particularmente, das relações interpessoais. Marmoz, afirma que a violência é originada fora dos muros da escola e quando a invade, leva consigo uma panóplia de efeitos de carácter negativo, mais especificamente, comportamentos “não escolares”. Continua o seu pensamento dizendo que a escola é contemplada como “um lugar que recebe e acolhe violência” (2006, p.24). Este tipo de perspetiva leva Sebastião e outros colaboradores a declarar que há uma “abordagem policial”, que remete para a ideia de que a agressividade em contexto escolar “pré-existe à escola, é-lhe exterior, existe uma inevitabilidade na produção da violência contextual em violência escolar” (2003, p.47).

Debruçando a nossa atenção sob os estudos efetuados por Pedro (2002, p.6), repare-se que há alguns fatores que exprimem a ocorrência da violência escolar. O autor começa por dar importância aos fatores individuais, apontando algumas patologias relacionadas com a belicosidade (e.g. “*deficit* de atenção e de hiperatividade, fraca tolerância à frustração, uma baixa auto-estima, depressão e *stress*.”). O segundo fator é reportado aos aspetos familiares, abordando motivos como “famílias desestruturadas e disfuncionais (e.g. toxicod dependência, álcool, pobreza, delinquência, ...)” (Pedro, 2002, p. 6). Além disso, enfatiza que a família deveria ter em linha de conta na solução dos seus problemas, meios mais “dialogantes e negociadores” ao

invés de serem “mais autoritários e punitivos” (Pedro, 2002, p. 7). Uma outra causa mencionada enquadra-se na influência dos meios de comunicação social (e.g. televisão, internet, jornais, revistas, videogames, entre outros.), que cada vez mais levam a atitudes violentas (Pedro, 2002, p. 7).

1.6. Violência entre pares

A temática do *bullying* tem vindo a ser alvo de imensa investigação, na medida em que se tem dado grande destaque a situações que podem comprometer a formação individual e social dos/das jovens. Assim, é um assunto atual, que tem despertado interesse e preocupação ao nível geral, quer no meio educativo e na investigação quer no que respeita à sociedade civil e à comunicação social. Mesmo sendo algo frequente, não pode ser jamais admissível, dado que agrega corolários gravosos para os/as agressores/as, vítimas e testemunhas. Este acontecimento está muito generalizado, particularmente porque as crianças mais vulneráveis não possuem recursos físicos e/ou psicológicos, para se defenderem dos agressores. A preocupação com a ocorrência deste fenómeno relaciona-se com as condutas de agressividade que sucedem entre alunos e que têm mobilizado comunidades educativas e académicas a fim de se analisarem as causas e as consequências e se procurem, urgentemente, soluções para que se combata tal problema.

No que respeita à investigação centrada nas atitudes agressivas em crianças e adolescentes, os primeiros estudos sucederam no Norte da Europa, usando o vocábulo “*mobbing* (assediar, cercar), que se refere mais ao local de trabalho para denominar a instigação e a intimidação entre os indivíduos” (Serrate, 2009, p.16). Assim, o *bullying* apareceu, pela primeira vez, no começo dos anos 70, nos países escandinavos (Zych et al., 2017). Levando em consideração este tipo de violência, entende-se que foi através de Dan Olweus, que ao desenvolver vários estudos nesta área desde 1978 até 1993, que os comportamentos violentos, antissociais e recorrentes entre pares, foram classificadas com o termo. Também em 1993, decorreu uma Campanha Nacional Anti-*Bullying* nas escolas norueguesas. Nesse ano, Olweus definiu o conceito argumentando que “um aluno está a ser agredido ou vitimado quando ele ou ela está exposto, repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas da parte de um ou mais alunos”.

Em concordância com Fante (2005, p.45) Olweus foi dos primeiros investigadores a efetuar pesquisas sobre *bullying*, mais especificamente. Pretendia distingui-lo das brincadeiras vistas como normais em ambiente escolar. A sua investigação tinha na base um questionário da cidade norueguesa de Bergen, com população com idades compreendidas entre os 11 e 14 anos de idade de diversos níveis e períodos escolares, com o objetivo de perceber a origem do *bullying*, as maneiras de o exteriorizar, os momentos em que sucede e as suas características.

Fante cita Olweus (2005, p.45) mostrando que fazia parte das propostas do seu programa de intervenção “(...) desenvolver regras claras contra o *bullying* nas escolas, alcançar um envolvimento ativo por parte dos professores e dos pais, aumentar a consciencialização do problema para eliminar mitos sobre o *bullying* e prover apoio e proteção para as vítimas”, de forma a criar um clima de harmonia.

O conceito de *bullying* é usado na psicologia anglo-saxónica nos trabalhos relativos à violência escolar para explicar condutas violentas e antissociais. Este é um termo de origem inglesa que deriva do termo *bully*, que significa “valentão”. Tendo em conta a dificuldade respeitante à tradução deste termo para as línguas latinas, a expressão manteve-se na sua origem, sendo por vezes utilizada a expressão portuguesa “maus-tratos entre pares”, como aquela que está mais próxima do termo *bullying* (Botelho et al., 2007; 2008; 2011; 2012; 2005).

O *bullying* não é algo característico de uma determinada área geográfica, nem de grupos culturais e socioeconómicos específicos (Smith et al., 2016). Como é um fenómeno bastante complicado, a sua definição é complexa (Zych et al., 2017). Numa definição de conceito, segundo Villa Gil (2020, p.10), o *bullying*, como se intitula o nome deste fenómeno, é “um fenómeno complexo, difícil de etiquetar previamente de forma protocolizada, porque as causas podem ser diversas”. Este autor acrescenta, ainda, que nem todos os investigadores classificam da mesma maneira os comportamentos relacionados com a violência escolar. Um outro autor afirma que o *bullying* em contexto escolar é um tipo de comportamento violento que é imensamente devastador, podendo iniciar-se na infância e prolongar-se de forma contínua ao longo dos anos de escola (Zych et al., 2017). O termo *bullying* é bastante usado para o contexto escolar. Contudo, o fenómeno pode suceder em qualquer espaço social. De acordo com Campbell (2005), conforme a história, as condutas que definem o *bullying*, não eram encaradas como um tema que merecesse atenção, e sim como um elemento essencial e normal que fazia parte da infância. No que se refere a Shariff (2011), o autor diz-nos que nas últimas duas décadas essa compreensão foi alterada e o *bullying* começou a ser encarado como um problema grave. É fundamental dizer que “todo o comportamento de *bullying* é agressivo, mas nem todo o comportamento agressivo é *bullying*” (Rodkin et al., 2015).

Existe uma necessidade de distinguir estes dois elementos. Por um lado, é fundamental entender o que é que torna o *bullying* único e diferente da conduta agressiva em geral. Por outra perspetiva, de que forma esta distinção assume importância no delineamento de programas de intervenção e nas suas metodologias (Rodkin et al., 2015).

O *bullying* refere-se, então, a uma conduta agressiva, intencional e sistemática, num ambiente particular, neste caso na escola, que está associado a comportamentos físicos, verbais,

psicológicos e sexuais. De uma forma geral, este fenómeno acontece quando um/a ou vários alunos/as consumam atos agressivos/negativos. Esses atos têm o intuito de provocar mal-estar e sofrimento, ocorrendo repetidamente e podem durar semanas, meses ou anos (Matos et al., 2009). Quanto ao praticante de violência, chamado de agressor ou *bully*, em concordância com (Rodríguez, 2004; APAV, 2011; Maidel, 2009), o/a mesmo/a serve-se de táticas negativas para continuar com o seu poder e domínio através de vários tipos de natureza da violência.

Tendo em vista a natureza da violência a mesma encontra-se dividida em: psicológica, social, económica e física. A natureza psicológica consiste em i) humilhar; troçar da maneira de ser ou de falar do alvo; insultar; ameaçar; espalhar boatos com o intuito de ridicularizar a vítima. Já a natureza social, é composta pelo isolamento. Atendendo à natureza sexual destacam-se os gestos obscenos. No que se refere à natureza económica, a mesma aponta o ato de extorquir. Por último, a natureza física abarca as agressões físicas. Considerando as tipologias de violência observa-se que a natureza psicológica alcançou uma percentagem de 90,20%, segundo o Observatório Nacional do Bullying (ObNB, 2021). No que diz respeito à vertente social, é indicada uma percentagem de 65,90%. Atendendo à natureza física, é apresentada uma percentagem de 54,90%. Tendo em conta a natureza sexual, é demonstrada uma percentagem de 9,80%.

Por último, quanto à natureza financeira, salienta-se a percentagem de 4,90%. No que concerne aos/as *bullies*, estes/as são definidos/as pelos autores Berthold & Hoover (2000) como sujeitos/as que passam mais tempo em casa sem nenhuma vigia consomem substâncias, fumam, copiam nos testes e, além disso, podem também levar consigo armas para a escola. Estudos indicam que as crianças agressivas reativamente são mais impulsivas, bem como mais emocionais, experienciando mais situações de divergências em conflitos familiares. Crianças mais novas têm maior risco de serem vitimizadas (Whitney & Smith, 1993). Atendendo às pessoas agressoras, a média de idades verificadas no sexo feminino de quem praticou *bullying* é de 15 anos. No sexo masculino, é de 19 anos. Quanto à componente sem informação é indicada a idade de 48 anos.

Mitsopoulou & Giovazolias (2015) defendem que adolescentes do género masculino se envolvem de forma predominante em casos de *bullying*. Os rapazes tendem a ser mais agressores que as raparigas e usam mais formas de agressão física. As raparigas, enquanto agressoras, usam mais a agressão social (Berthold et al., 2000; 2008; 1999; 2001).

Ademais, jovens/adolescentes que são alunos/as repetentes, exibem um estatuto “especial” por serem mais velhos/as e por estarem numa turma onde são o/a único/a aluno/a “estranho/a” e, assim, terem baixa autoestima, estando, desta forma, sujeitos a serem um/a *bully*. Este facto pode ser uma maneira de chamar a atenção ou de conseguir outro estatuto num novo grupo

(Pereira et al., 2005). No que concerne às vítimas, segundo Neto 2005; Bowman, 2018; Rodkin et al., 2015; as mesmas transformam-se em alvos por serem diferentes do comum, por variadas razões: Abordando os motivos para a prática do *bullying*, com uma taxa de 53,70%, surge o aspeto físico. Em seguida, com 48,80%, destaque para os resultados académicos. A diversidade funcional, obtém uma percentagem de 24,40%. A idade, aparece com uma taxa de 20,70%. O sexo, alcança a percentagem de 15,90%. A orientação sexual, realça-se através de uma percentagem de 7,30%. No que se refere à identidade de género e à nacionalidade, ambos partilham os mesmos valores: 6,10%. Por último, a etnia é representada por meio de uma percentagem de 1,20%. Em consequência dos factos expostos, tornam-se vítimas de práticas de agressividade. Em virtude disso, vítimas com poucos amigos ou com baixa assertividade também são consideradas mais frágeis (Owens et al., 2000). No que diz respeito, a vítimas e ex-vítimas, a média de idades tanto do sexo feminino e do sexo masculino que sofreram *bullying* é de 13 anos.

De acordo com (Lourenço et al., 2012), a escola deve proporcionar proteção e deve ter projetos que auxiliem os alunos a desenvolverem-se cognitivamente, mas também ao nível de outros fatores. A título de exemplo, a autoestima. Os professores devem aceitar a ideia de que a violência na escola é algo real, devendo estar preparados para a diagnosticar e intervir, de forma a prevenir estas condutas. Assim, devem ser concedidos aos alunos momentos e locais para serem trabalhados e debatidos sentimentos e emoções, recorrendo a atividades lúdicas. É recomendado que os programas de prevenção e intervenção para fazer frente ao *bullying*, sejam aplicados antecipadamente, com o objetivo de serem o mais eficazes possível, incidindo sob a família e a escola, dado que estes dois contextos são os que mais influenciam a conduta das crianças/jovens (Simões et al., 2009).

1.7. Síntese conclusiva

Se os primeiros estudos sobre a intergeracionalidade da violência, abordavam a questão das crianças vítimas de abuso terem mais probabilidade de se tornar agressores dos seus/suas filhos/as em idade adulta. Comprovou-se, mais tarde, com o avançar do tempo, a ampliação do conceito à violência noutra tipo de relações sem ser as respeitantes à família, e.g., violência nas relações de namoro (Oliveira, 2015).

Esta verificação deu a possibilidade de concluir que a transmissão intergeracional da violência tem que ver com a violência no seio familiar de origem e poderá espelhar-se em diferentes contextos, sob a forma de violência no namoro e/ou da violência nas relações com os pares/*bullying*.

CAPÍTULO II

**ABORDAGENS TEÓRICAS À TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA
VIOLÊNCIA**

2.1. Breve introdução

Mesmo que a transmissão intergeracional da violência se baseie nos conteúdos da Teoria da Aprendizagem Social, podem e deve-se integrar outras teorias que sirvam de explicação ao fenómeno para que se possa compreendê-lo melhor. Deste modo, elencam-se três diferentes tipos de abordagens: Estas apoiarão o conhecimento e serão úteis para desenvolver a consciencialização humana.

2.2. Perspetivas individuais

As primeiras teorias que surgiram no que se refere a explicar o fenómeno, entendiam a violência como resultante de uma perturbação ou doença por parte do agressor, sendo claro que se tratava de uma atitude isolada, particular, que só suscitava interesse para os envolvidos, nomeadamente, agressor e vítima (Matos, 2002). Esta situação fazia prever que a violência poderia ser desculpabilizada, uma vez que era fruto de um problema de saúde: o problema explicava-se, mas a importância atribuída à vítima não existia (Oliveira, 2015). As perspetivas individuais incidem sob os aspetos individuais do agressor e/ou da vítima, com um foco maior no estudo do perpetrador. Os aspetos pessoais do agente da violência aparecem então como intervenientes na mediação da transmissão intergeracional da violência. A explicação passa pelas seguintes características: psicopatologias, abuso de substâncias, atos, autoestima baixa, capacidade de autocontrolo e competências sociais (Delsol & Margolin, 2004; Matos, 2002).

No que se refere às investigações descobertas relativas à hereditariedade da violência aludem, sobretudo, à associação entre este fator e a atos violentos na generalidade, envolvendo a conduta delinvente e a idiosincrasia de teor criminal que não é violento (Delsol & Margolin, 2004). Se a conduta violenta pode ser encarada como um traço de personalidade fixo (Farrington, 2007) e se alguns estudos demonstram que os traços de personalidade são pelo menos herdados de forma parcial (Blonigen et al., 2005; Bouchard, 2004), tal sustenta a lógica de transmissão intergeracional. Espera-se que progenitores agressivos também revelem usar a força na sua habitação (Besemer, 2012).

Wiehe (1998) pronuncia-se sobre o facto de que a violência poderá ter uma base de carácter biológico, motivado pela ligação do comportamento agressivo a baixos níveis de serotonina. Realça-se que os níveis de serotonina podem ser influenciados pelo álcool, o que complica a análise da causalidade destas variáveis em separado. Contudo, as abordagens biológicas revestem-se de pouca expressão quanto a explicar o fenómeno da transmissão da violência intergeracional.

2.3. Perspetivas familiares

Tendo em conta as perspetivas familiares ou sistémicas, a violência centra-se nas interações familiares, envolvendo teorias distintas teoria dos sistemas familiares (Bowen, 1978), teoria da vinculação (Bowlby, 1969), teoria da aprendizagem social (Bandura, Ross, & Ross, 1961), entre outras. O elemento comum que existe nelas prende-se com a relevância imposta à parte familiar e às relações que se formam entre os pais e as crianças/jovens, no que respeita ao entendimento das atitudes e condutas do presente e do futuro.

A teoria dos sistemas familiares de Bowen (Rosen, Bartle-Young & Smith, 2001) reconhece que a violência familiar leva a problemas emocionais e comportamentais na criança, que se relacionam a dificuldades de ajustamento em âmbitos extrafamiliares (Delsol & Margolin, 2004). De acordo com o autor, além da aprendizagem social, acontece um processo que se dá pelo nome de diferenciação do eu. Esta particularidade é transmitida de geração em geração, ocorrendo na altura em que o jovem/adulto abandona a casa dos progenitores. A diferenciação é preconizada pela aptidão que o sujeito possui para não se deixar influenciar pelas maneiras de pensar e agir dos outros, fomentando capacidades para desenvolver as suas próprias opiniões relativas às situações que pode experienciar. No contexto intergeracional da violência, se este processo não acontece, os modelos de conduta que existem na família irão ser os mesmos tidos no adolescente, subsistindo em adultos, conduzindo a que a maneira como lida com as situações seja á luz dos exemplos que possui da sua vertente familiar (Rosen et al, 2001).

Quanto às teorias sociobiológicas ligadas ao desenvolvimento do ser humano, indicam que quando a infância começa, as conexões das crianças com os cuidadores atingem a sua capacidade de regulação no que se refere à conduta e às emoções, tal como as expectativas da conduta dos outros em relações de proximidade (Ehrensaft, 2008).

As crianças que são criadas com amor e carinho, com cuidadores que suprem as suas necessidades físicas e emocionais, aprendem a generalizar estes modelos nas suas relações futuras, com outras figuras adultas e com os pares (Bowlby, 1969). As crianças que vivenciam maus-tratos em casa, no sentido de antever, poderão ter mais probabilidade de esperar que os outros sejam desagradáveis, tenham propósitos indelicados e possuem adversidades em solucionar problemas da sociedade. Particularmente, se o maltrato acontece numa fase inicial da infância (Ehrensaft, 2008).

Interpretando a teoria original de Bowlby (1969), as crianças criam reproduções na mente ou padrões de relações que se baseiam em experiências tidas com os cuidadores primários. Estas ideias prevalecem no tempo e podem usar-se como protótipo para futuros

relacionamentos, isto é, indo ao encontro destas noções, as crianças/jovens possuem tendência para fazer uma seleção de parceiros de acordo com estes modelos.

Ainda que exista algum indício de que os sujeitos que denunciam violência na infância por parte dos cuidadores possuem um risco mais elevado de cometer ou ser vítimas de violência nas relações amorosas, havendo investigações nas quais os dados não têm consistência (Ferguson, Boden & Horwood, 2006; Loh & Gidicz, 2006). Os meios que conduzem à exteriorização de violência alguns anos após, nas relações amorosas, não são completamente claros e existirão. Provavelmente, haverá outros aspetos a mediar o problema, sendo individuais e/ou contextuais (Shorey, Cornelius, & Bell, 2008).

A maior parte dos estudos efetuados na transmissão intergeracional de violência tem na sua base a teoria da aprendizagem social, à qual os pressupostos demonstram que a análise de violência na família de origem gera atos, concepções e regras sobre como, quando e sobre quem a violência é tida (Corvo & deLara, 2010; Kwong et al., 2003).

A agressividade na família de origem pode evidenciar-se sob o formato de punição corporal como meio de educação, violência interparental ou ser vítima direta de maus-tratos. Este parte do primórdio de que as crianças irão reproduzir a conduta mostrada pelos adultos que consideram uma referência (Bandura, Ross, & Ross, 1961).

Um dos métodos usados pelas crianças é a modelagem de condutas violentas, que em alguns casos de violência interparental poderá conduzir a condutas abusivas nos seus relacionamentos do futuro (Oliveira & Sani, 2009). Já que a socialização primária tem por hábito ser elaborada na família, serão, assim, os pais ou cuidadores quem assumirá essa referência com a responsabilidade de conceptualização das condutas da criança a outros âmbitos. Deste modo, quando são conhecidas as situações de violência, será possível imitar e expor as condutas aprendidas (Bandura, Ross, & Ross, 1961). O meio que traduz esta aprendizagem dá-se por modelagem e é constituído pelas seguintes fases: i) a criança contempla a atitude; ii) esta vai lembrar-se da conduta antes vista; iii) coloca em prática o comportamento, o que remete para a ideia de ter capacidades (físicas e/ou psicológicas) para o concretizar; iv) o processo finaliza com uma recompensa ou uma punição (Wolf & Foshee, 2003). A recompensa motivará a criança para a atitude, tendo esta uma importância com um sentido útil. Caso seja castigada, pretende-se que haja tendência para que a criança não refaça a atitude desaprovada pelos adultos ((Wolf & Foshee, 2003). Tendo em vista os comportamentos violentos, estes podem ser reforçados ou censurados, surgindo, assim, a aprendizagem de valores morais que fortificam as condutas agressivas (Gelles, 1997), servindo tanto para agentes da violência como para vítimas, dado que elas podem entender que o afeto do parceiro/a desculpa a brutalidade.

Atendendo à investigação conseguida por Millettich e seus colaboradores (2010), uma maior exposição das mulheres à violência da progenitora sob o pai seria um aspeto que predizia a narração de agressões físicas destas infligidas aos parceiros; quanto ao sexo masculino, a maior exposição à violência do pai sobre a mãe elevava a possibilidade de contarem agressões físicas tidas para com a sua parceira de relação. O núcleo familiar, aparece como um ambiente de aprendizagem, no qual a criança testemunha e repara em certas condutas ou eventos violentos, que serão assimilados pela criança, sendo que esta pode servir-se da modelagem das condutas (Oliveira & Sani, 2009).

Em conformidade com os padrões de aprendizagem social, existem expectativas que a exposição a várias formas de violência na família de origem ofereça mais possibilidades de aprendizagem de condutas agressivas, tal como diminui as probabilidades de aprender conhecimento alternativo que seja positivo para gerir os problemas. Existe, então, uma deturpação, a violência é encarada como aceitável e talvez até algo que é preciso constar no seio familiar, conduzindo à sua validação (Delsol & Margolin, 2004). As crianças que vivenciam a agressão no seio familiar aprendem que a violência é uma conduta indicada para solucionar problemas e também podem observar condutas agressivas reforçadas pelos progenitores (Bandura, 2001). Todavia, há dados inversos no que diz respeito à particularidade existente na transmissão da violência. McCord (1977) chegou à conclusão na sua investigação, que a violência entre pais leva a atitudes de violência no geral e não a condutas de carácter criminal específico. Já Besemer (2012), estudou sujeitos que estavam presos por diversos motivos e conclui que existe uma especificidade na transmissão intergeracional da violência, isto é, os indivíduos que são expostos à violência na família de origem, mostravam ter maior possibilidade de serem violentos nas suas relações amorosas.

Atribuindo a mesma importância à modelagem por aprendizagem social Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke (2003) fazem a descrição do modelo do trauma que relativo à transmissão intergeracional de violência nas relações pode ser entendido pelo facto da violência familiar gerar falta de capacidade no controlo de impulsos, falta de estabilidade do self, insegurança nas relações íntimas, raiva crónica e manifestação da culpa. Desta forma, pode refletir-se que a modelagem não acontece só por causa de procedimentos vicariantes, mas está ligada com certos aspetos da personalidade que suportam a violência em contexto íntimo (Oliveira & Sani, 2009).

Abordando a teoria da aprendizagem social, esta dá um esclarecimento no que respeita à violência nas relações amorosas, que também engloba os pares e outras influencias que não são da família, na conduta (Wareham et al., 2009). A título de exemplo, no que se refere ao *bullying*,

as interações das crianças serão ajustadas ou desajustadas por meio do testemunho de outros elementos significantes nos seus contextos. A aprendizagem do *bullying* pelas crianças, é efetuada por meio da visão de padrões de referência de adultos (Bowes et al, 2009; Corvo & de-Lara, 2010; Holt et al, 2008). Isto pode ser positivo, neste ângulo, o facto de a conduta ser aprendida, significa que o *bullying* pode ser desaprendido: porém, sem que haja intervenção, os *bullies* possuem tendência para serem colocados em grupos e o rotulo continua auxiliando no reforço das condutas violentas.

As condutas violentas de carácter sexual também podem ser entendidas considerando esta abordagem, como mostram Caridade & Machado (2008, p.89). A teoria da aprendizagem social postula a violação primariamente como uma função das influências da cultura que criam os papéis de género de índole restritiva, nos quais a sexualidade coerciva é executada. Mais especificamente, os sujeitos adquirem razões, atos e outras explicações que alentam a conduta sexualmente autoritária. A violência sexual é, então, observada como uma conduta que se aprende e que provem das interações relacionadas com o ambiente e com as rotinas da sociedade. (Caridade & Machado, 2008, p.89).

Tanto a teoria da aprendizagem social como as teorias do desenvolvimento societário afirmam a relevância da socialização e de se ter boas relações com os pais e outros modelos de referência, a fim de desenvolver crenças e condutas pró-sociais e proporcionar interações que revelem recompensas e consequências apropriadas (Kelley et al., 2010). A conduta mais reforçada pelos outros será o que o sujeito irá apresentar de forma frequente (Wallace & Roberson, 2010). Tendo em vista a violência nas relações afetivas, a probabilidade da existência do ciclo da violência, investiga os efeitos que a exposição da criança à violência entre pais, pretendendo verificar se isso poderá ser um fator preditor de violência nos seus casamentos, quer como vítimas, quer como agentes da violência (Pollak, 2004). O autor Widom (1989) dá a conhecer o ciclo da violência baseado nas ideias que já foram anteriormente abordadas, salientando que a vitimação na infância pode, efetivamente, ter desfechos negativos a longo prazo a nível de condutas delinquentes e criminais, dando força ao pressuposto de que a violência pode gerar violência.

2.4. Perspetivas socioculturais

O ser humano apresenta-se como um ser biopsicossocial, fazendo parte de uma sociedade com normas específicas, de modo que, a sua especificidade é limitada por aspetos sociais, culturais, bem como políticos. A espólio social e cultural transmite-se de geração em geração e incide na maneira como as sociedades estão estruturadas, nas leis e regras atuais, nos valores

que protege e nos costumes que legitima. Desta forma, pode-se efetuar a distinção entre dois níveis de exame: i) nível estrutural, no qual são investigadas as diferenças entre os grupos que compõem a sociedade, que são estabelecidas pelo nível de escolaridade, rendimentos socioeconômicos, grupo étnico ou nível familiar; ii) o nível cultural tem de englobar as regras, os princípios e a reprodução das suas condutas. Todavia, são proporções transversais e complementares entre si.

As teorias feministas compreendem um dos modelos que agem sob o entendimento da violência nas relações amorosas (Taft, Bryant-Davis, Woodward, Tillman, & Torres, 2009). Há investigadores que depositam a sua crença no facto de que os homens formam o problema, tendo-se provado que homens e rapazes partilham traços, nomeadamente, a aprovação da violência, atos negativos para com as mulheres e diversos défices de habilitações (Barak, 2003). Com a intenção de discorrer sobre estas perspetivas assume-se como fulcral entender qual a função que a figura feminina possui no seio familiar e no contexto social. A sociedade ocidental é fundamentalmente patriarcal e nota-se uma supremacia masculina sob a mulher, assumida como o principal motivo dos maus-tratos (Walker, 1979). Mesmo tendo aparecido na década de setenta, período em que se fica a conhecer a síndrome da mulher batida (Barak, 2003; Neves & Nogueira, 2004), há estudos mais atuais que utilizam como base dos seus estudos este modelo, centrado na violência contra a mulher, introduzida numa sociedade patriarcal (Stickley, Kislitsyna, Timofeeva, & Vagero, 2008). A agressão aparece, assim, como demonstração de poder e de controlo (Wiehe, 1998) e está ligada ao conceito de violência que é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde. As teorias feministas que tentam expressar-se relativamente à violência alicerçam-se na ideia de que a sociedade patriarcal que perdura faz com que a perpetração de violência por parte do homem sobre a mulher seja encarada como a efetivação da soberania de um género sobre o outro (Corvo & deLara, 2010).

Em contextos violentos, o homem seria sempre o agente agressivo e a mulher estaria na posição de vítima. Porém, Lee e colaboradores (2013) não descobriram uma associação entre crenças sobre papéis de género e violência na relação de intimidade, numa amostra de homens violentos. A investigação efetuada no setor da violência relacional tem mostrado o contrário, que as mulheres também podem ser agressoras e os homens vítimas (Gómez, 2011; Laporte et al., 2011; Milletich et al., 2010), embora sendo algo com menor expressão nas narrações de maus-tratos ocorridos.

Através de investigações elaboradas nos dias de hoje, notou-se a existência de algumas diferenças entre géneros, mesmo não sendo muitas (Black et al., 2009; Gómez, 2011; Temple et al., 2013). A principal disparidade encontra-se ao nível de violência sexual, uma vez que as

figuras do sexo feminino que foram vítimas de abuso sexual no período de infância revelam ter mais possibilidade de revitimação em relacionamentos futuras, não se observando o mesmo risco com os homens (Yoshihama et al, 2010). Os autores Fang & Corso (2008) verificaram um risco mais elevado de perpetração de violência dos homens sob as suas parceiras, depois de se perceber ter existido exposição à violência sexual na infância, associação que não se identificou nas mulheres.

No contexto político, as leis elucidam significativamente esta proporção, juntamente com as medidas que se incluem em cada plano governamental. Contempla-se a legislação em vigor como imagem da sociedade que regula. Nos dias de hoje, o artigo 152º - Violência Doméstica do Código Penal Português homologa o crime de violência doméstica sempre que se verifiquem “maus-tratos físicos e psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) a pessoa de outro ou do mesmo sexo” com quem o perpetrador “mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação” (Lei 59/2007). Atendendo à violência doméstica, esta só foi tida como crime público em 2000, tratando-se de um acontecimento muito importante na maneira como a violência é encarada quer pelos legisladores, quer pelos elementos que compõem a sociedade.

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

3.1. Metodologia

Neste estudo, optámos pelo método qualitativo, que segundo Maia (2020) “baseia-se na coleta sem medição numérica, prioriza descrições e observações” (p. 9), sendo que essa é a metodologia adotada neste estudo. O objetivo deste método visa “reconstruir” a realidade como é contemplada pelos agentes de um sistema societário que é predefinido. Várias vezes é entendido como “holístico, porque considera o “todo”, sem reduzi-lo ao estudo de suas partes” (Sampieri et al., 2013, p.5). A investigação qualitativa “é uma espécie de “guarda-chuva”, no qual se abarca uma diversidade de técnicas de estudos não-quantitativos” (Sampieri et al., 2013, p. 9).

3.2. Objetivos gerais e específicos

A presente dissertação pretende compreender se o contexto familiar dos jovens, influencia a adoção ou normalização da violência noutros contextos, nomeadamente, através do *bullying* e violência nas relações de intimidade. De forma a alcançar o objetivo desta investigação, optámos pelo método qualitativo, com recurso à técnica de entrevista semiestruturada, por ser possível reconhecer os processos, entender os significados e compreender melhor a postura e os sentimentos que são revelados pelo indivíduo. Como objetivos específicos, enumeram-se os seguintes: i) compreender se as crianças que se encontram com medidas de promoção e proteção apresentam como fator de risco contextos familiares violentos; ii) compreender à luz da percepção dos técnicos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens se a família funciona como modelo de socialização importante; iii) analisar as famílias, tendo em conta fatores socioculturais e a influência nas vivências das crianças/ jovens.

3.3. Amostra

A nossa amostra é constituída por 8 profissionais que trabalham em matéria de infância em juventude, maioritariamente em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo do Distrito do Porto. No que respeita às 8 entrevistadas são todas do sexo feminino e têm idades compreendidas entre os 42 e os 57 anos. Constatou-se que 5 inquiridas exercem/exerceram funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Apurou-se que 3 inquiridas se destacam na ação social e também no âmbito da intervenção. Também 2 outras participantes, têm em comum o grau de Mestre. Porém, em áreas distintas: uma delas na área da Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante e outro membro deste estudo, em Serviço Social. Repare-se,

que todas elas têm algo em comum: todas as participantes têm carreiras bastante sólidas, com vários anos de experiência.

3.4. Procedimentos de recolha de dados e instrumentos

Por forma a dar resposta aos objetivos previamente elaborados, efetuamos um guião de entrevista semiestruturada em profundidade. Inicialmente, foram contactadas várias Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, solicitando a colaboração de técnicos/as superiores para a participação neste estudo. Identificadas as técnicas, foi solicitado o consentimento informado e explicado o carácter confidencial, anónimo e voluntário da participação no estudo. Desta feita, procedeu-se ao agendamento de entrevistas, nas quais as participantes disponibilizaram informações que permitiram concretizar e compreender melhor as temáticas em estudo. Atendendo às entrevistas, não houve um limite de tempo, uma vez que as questões eram abertas, sendo realizadas 15 perguntas. Contudo, foram contabilizadas 9h e 41 minutos de entrevistas efetuadas.

Após salvaguardados todos estes pressupostos, as entrevistas foram aplicadas via online, através da plataforma *Zoom* com o intuito de recolher os dados que posteriormente foram transcritos e submetidos a uma análise de conteúdo.

3.5. Apresentação e discussão dos resultados

Para efetuar a apresentação de resultados, foram criadas subcategorias de análise, em função dos objetivos elencados anteriormente, de destacar as seguintes variáveis: i) fatores de risco; ii) laços afetivos; iii) violência sob pais/cuidadores; iv) fatores na base da transmissão intergeracional da violência. Serão também explanadas as sugestões de melhoria do sistema de Promoção e Proteção e elencadas medidas de prevenção sugeridas pelas entrevistadas.

3.6 Fatores de risco

Segundo Teixeira “não existe um perfil universal aplicável a todos os agressores e que os possa descrever ou caracterizar” (Teixeira, 2015, p.14). Porém, podem-se elencar alguns fatores que elevam a possibilidade de os jovens praticarem atos violentos.

No que diz respeito a riscos individuais, as "circunstâncias associadas ao género são destacadas em várias investigações como um fator predisponente para a ocorrência de violência” (Teixeira, 2015, p.14). Foshee et al., (2010) citado por Teixeira (2015), revela que, no contexto

da relação amorosa, o risco de perpetração de atos violentos parece ser maior na figura feminina. Isto poderá estar associado com uma maior facilidade por parte das raparigas em admitir este tipo de comportamentos, ao contrário dos rapazes que interiorizam e entendem como normativo a violência, legitimando-a, tendo mais dificuldade em reconhecer que os praticam (Gover et al., 2008).

A nossa E1 quando abordada sobre a identificação dos fatores de risco afirma que *“fatores de risco têm a ver com traços de personalidade, com jovens que não têm capacidade de lidar com a gestão emocional, com os factos que vivenciaram e que não adquiriram competências para lidar com essas questões emocionais. Tem a ver com os próprios traços de personalidade de cada um. Nas relações íntimas, voltamos ao ciclo da violência doméstica. Reconhecemos mulheres que estão em situações dessas e mesmo que terminem a relação vão entrar noutras relações com o mesmo perfil de companheiro”*.

Esta afirmação vai ao encontro de Ribeiro & Sani (2009), no sentido em que é mostrado que os fatores de risco podem ser traços e atributos individuais ou condições do meio e elevam a possibilidade dos adolescentes se tornarem violentos. Há, portanto, vários autores e autoras que corroboram a E1, ou seja, a aceitação da violência assenta numa concordância com atitudes favoráveis ao uso da violência nas relações de namoro e adoção de crenças que a legitimam, e, desta forma, apresentam-se como fatores de risco, aumentando o envolvimento em relações abusivas. (Costa, M. C., 2021).

Atendendo ao que a E1 refere, *“jovens que não têm capacidade de lidar com a gestão emocional”*, verifica-se a falta de competências de regulação das emoções. A título de exemplo, raiva e frustração, mais precisamente, baixa tolerância à frustração e também a falta de aptidão para efetuar a resolução de problemas (Costa, M. C., 2021).

No que concerne a Batista (2012), também o ciclo da violência ajuda a compreender a manutenção de uma relação abusiva, pois a instabilidade de atitudes boas e más do agressor deixam a vítima na dúvida, esperando pelas condutas boas e desvalorizando a agressão.

A E2 declara que *“Pode ser idade, situação económica, a situação daquela pessoa ao nível emocional estar mais fragilizada devido ao seu percurso familiar e educativo. Ser uma pessoa que encontra outro e considere normal ser maltratada, agredida. Nas relações de intimidade, um dos fatores de risco, salvo exceções, é ser-se mulher e, sobretudo, a personalidade e a sua bagagem cultural que a acompanha”*.

A literatura por meio de Caridade, 2011, corrobora dizendo que os fatores de risco podem encontrar-se em diferentes categorias: i) fatores familiares (contemplar violência interparental, práticas parentais relacionadas com maus-tratos; ii) ambientais (grupo de pares, observar a

existência de violência na comunidade); iii) fatores sociodemográficos, nomeadamente, nível socioeconómico. Atendendo aos fatores de risco individuais no que respeita ao sexo, a autora (Costa, M. C., 2021), não concorda com o que a E1 quando esta refere que “... *um dos fatores de risco, salvo exceções, é ser-se mulher...*”. Deste modo, Costa, M.C., 2021 evidencia que ambos os sexos podem ser vítimas de violência, uma vez que o risco de vitimação se distingue em função do tipo de agressão que é experienciada.

Tendo em conta, a E3, esta indica que “*Nos jovens, muitas vezes é a diferença, os jovens que têm mais dificuldade em se integrar no grupo e com os outros, de alguma forma sejam mais introvertidos, mais inseguros. Isto leva-os mais facilmente a serem vítimas dos pares*”. *A nível do namoro, pode ser um fator de risco muitas vezes uma insegurança, menos autoestima e a exposição ao longo da sua vida a modelos de relacionamento entre adultos em que impera a violência doméstica e que os jovens de alguma maneira quase que estão a dar passos numa relação que consideram mais normativo, quase como estão a viver algo de adulto como sendo parte do seu desenvolvimento, o começar a vivenciar este tipo de relação e aceitam, por exemplo, até muito a violência associada aos ciúmes, o controle sobre a roupa, sobre a forma como a pessoa se veste, com quem fala, a imposição do isolamento e acabam por legitimar isso como sendo algo típico das relações ou caracterizarem as relações desta forma e isso faz com que aceitem mais facilmente este tipo de situação*”.

Levando em consideração o que Olweus diz (1993, p.32) este assume-se de acordo, uma vez que as vítimas-tipo revelam mais ansiedade e insegurança face á maioria dos alunos.

Novamente, Caridade (2011), reforça que os fatores de risco podem encontrar-se em diferentes categorias: i) fatores ao nível familiar, no que respeita a observar violência interparental e a testemunhar a práticas parentais que se relacionam com maus-tratos; ii) atores de cariz ambiental no que concerne a grupo de pares, nomeadamente, presenciar a existência de agressividade no plano social).

Costa, M.C., 2021 indica que a aceitação da violência pauta-se pela conformidade com atos que vão ao encontro do uso da violência nas relações amorosas e escolha de crenças que a legitimam e, deste modo, assumem-se como fatores de risco, elevando o envolvimento em relacionamentos abusivos.

Ainda segundo Costa, M, C., 2021, os fatores de risco relacionais abordam o isolamento e o controlo. Existem características da relação de namoro que podem mostrar-se como indicadores de risco de vitimação, e.g. tentativas, por parte de uma das pessoas do namoro em isolar da sociedade o outro elemento da relação, privando-o de contactos e interações sociais, assim

como a existência de uma diferença de poder, o que quer dizer que as decisões da relação são tomadas de forma unilateral.

Relativamente ao que a E4 afirma, esta declara que *“Lá está, os fatores de risco são mesmo esses, é aceitar e não aprender outro tipo de resposta, porque quando não se aprende outro tipo de respostas que não seja a violência, é muito difícil”*.

A aceitação da violência acontece devido a uma permissão no que respeita a comportamentos ligados à utilização da violência nas relações de namoro e adoção de concepções que a validam. Assim, reconhecem-se como fatores de risco, elevando o comprometimento em relacionamentos de cariz abusivo (Costa, M. C., 2021).

Debruçando a atenção sob o raciocínio da E5, esta menciona que *“os fatores de risco, na grande maioria, são as vivências que eles tiveram, aquilo que eles observaram na sua infância, como eles cresceram em ambientes violentos, ambientes primitivos”*.

A sua ótica é fundamentada por (Caridade 2011), que apoia a sua forma de pensar ao dizer que os fatores de risco podem constar em categorias díspares: ii) fatores familiares como ver condutas de violência interparental a acontecer e assistir a práticas parentais relativas a maus-tratos; ii) fatores ambientais, e.g. grupo de pares, observar a existência de violência na sociedade...

A E6 discorre salientando que *“tem a ver com as questões de estabelecerem ou considerarem que a violência é uma forma normativa de resolver situações. Os fatores de risco, na violência nas relações de intimidade, no namoro, acho que também é esta questão de se considerar que a violência é uma prática aceitável, ou é de alguma forma legítima, e claro que podemos falar de situações onde há características de personalidade mais impulsiva, ou questões de saúde mental, mas aí serão casos com um número mais reduzido. Não acho que seja uma explicação mais direta sobre a situação”*.

De acordo com Costa, M. C., 2021, a autora refere que o consentimento relacionado com a violência se apoia numa anuência com condutas que vem a propósito do uso da violência nas relações de namoro e adoção de crenças que a atestam e, deste, modo, observam-se como fatores de risco, aumentando o envolvimento em relações abusivas.

Comprova-se, através da literatura, que passar por experiências de violência nas relações de intimidade influencia na saúde mental das vítimas, fazendo com que estas fiquem mais propensas a ter problemas psicológicos. A título de exemplo, depressão, ansiedade, entre outros (Santos & Caridade, 2017)

Já a E7 relata que relata que *“temos por exemplo, o funcionamento da família, as práticas parentais, isso pode ser um fator de risco...”*

(Caridade 2011), prova o pensamento da entrevistada, exprimindo que os fatores de risco podem estar em várias categorias: fatores familiares: ii) testemunhar violência interparental e episódios de práticas parentais ligadas aos maus-tratos).

No que respeita à E8 esta demonstra que *“um dos fatores de risco pode ser a questão em termos da criança, da gestão da frustração ou da forma como lida com as suas emoções e depois na relação com o outro. Isso influencia um tipo de relacionamento que tem em casa no contexto familiar e como isso vai promovendo ou não, essa capacidade relacional, porque depois em termos de ser rapazes ou raparigas, ser cada vez mais em ambos os sexos e em termos de contextos também. Por isso, eu cada vez mais acho que tem a ver com ambientes que eles vivem ou que até estão inseridos e também com as suas questões mais pessoais, em termos do psicológico”*.

Levando em consideração (Costa, M. C., 2021) a autora deixa claro a falta de competências de regulação das emoções como a raiva, a baixa tolerância à frustração e a falta de competências de resolução de problemas. (Costa, M. C., 2021).

No que se refere aos fatores de risco individuais no que respeita ao sexo, ambos os sexos podem ser vítimas de violência, dado que o risco de vitimação se diferencia mediante o tipo de violência experienciada. (Costa, M. C., 2021).

(Caridade 2011), confirma o que foi dito pela entrevistada E8, sustentando o seu discurso no facto de que os fatores de risco podem situar-se em categorias desiguais: fatores familiares (assistir a violência entre os progenitores, práticas parentais ligadas a maus-tratos: ambientais (grupo de pares, observar a existência de violência na comunidade), fatores intrapessoais (depressão, autoestima, condutas antissociais).

3.7 Laços afetivos

São pontos importantes e representam o apego ao próximo, fazendo parte da vida de cada indivíduo. Constroem-se baseando-se no que é recíproco no que respeita a sentimentos. Ligam um sujeito ao outro considerando o tempo e o espaço. Destacam-se por serem fulcrais, no sentido da estabilidade mental e emocional humana.

A E1 constata que *“em relações de intimidade, há várias situações em que essas relações não existem, praticamente. O afeto não está presente, está presente a violência, a dependência. Ao nível de bullying, se há laços afetivos? há, entre os pais e dos pais para com as crianças, mas acho que acaba por ser, muitas vezes, em exagero. Acabam por não conseguir pôr os limites, as regras e depois perdem o controlo dos comportamentos dos filhos, ao nível escolar”*.

O ato de amedrontar por meio de olhares, comportamentos, partir e destruir objetos que pertencem à vítima, exibir armas; violência económica, que se foca no facto de evitar que a vítima tenha a sua independência financeira, obrigando a que esta peça dinheiro, havendo um claro controlo. (Costa, M.C., 2021).

Uma conduta que seja demasiado permissiva por parte dos adultos poderá alterar a visão que a criança deverá ter do seu próprio comportamento (Costa, M.C., 2021).

Face ao exposto, Marmoz (2006) compreende que a violência começa fora dos muros da escola e quando a invade, traz consigo uma panóplia de efeitos negativos, isto é, comportamentos “não escolares”.

De acordo com a E2, *“para além da relação de dependência económica, também há dependência que eu direi afetiva, porque escolheram aquela pessoa, amam aquela pessoa, amaram aquela pessoa e acreditam sempre que essa pessoa vai mudar... acho que há uma relação de dependência afetiva e emocional que não é positiva, é tóxica... Quanto ao bullying, não tenho muitas situações. Não é algo que me passe muito pelas mãos”*.

Levando em consideração Follingstad et al., (1991), o facto de a violência existir e ser perpetrada nas relações de intimidade provem de uma junção de valores do patriarcado e do romantismo, que criam a ótica na qual o homem tem todo o controlo, sendo as mulheres dependentes destes.

A respeito do que diz a E3 esta salienta que *“não sei se posso dizer que no Bullying muitas vezes exista um particular laço afetivo. O bullying muitas vezes está associado à diferença, à pessoa diferente, mais insegura e isolada, com menos relações, que é mais facilmente vítima e aqui não há propriamente um laço com aquela pessoa. Temos as violências no namoro em que às vezes há aqui alguma perseguição pós separação ou até às vezes relações fugazes... aqui normalmente não há um particular laço afetivo, poderá haver nalguns casos, mas não tanto”*.

Em acordo com a entrevistada está Olweus (2005, p.32) já que as vítimas demonstram ter mais ansiedade e insegurança face à generalidade dos outros. Avança e afirma que estas manifestam condutas, normalmente, mais cuidadosas, mais emotivas e mais silenciosas.

Sob o olhar de Lopes Neto (2005, p S166); Ventura & Fante (2013, pp. 24-25, p.42), as características das vítimas são: i) fraqueza física (geralmente entre os rapazes) e emocional; ii) baixa autoestima e vergonha; iii) elevada insegurança e ansiedade, assim como isolamento social; iv) mostram passividade, depressão, sujeitando-se a um contínuo e prolongado estado infeliz.

Segundo os pensamentos de (Duarte & Lima, 2006; Oliveira, 2012), a violência psicológica consiste em uso de meios de intimidação sobre a vítima. A título de exemplo, perseguição, chantagem, ameaça, ofensas, insultos, humilhação.

No entendimento de Bauman (2004, p.10) este apresenta a ideia de que os indivíduos possuem uma tendência para ter mais do que um amor, apaixonar-se e desapaixonar-se várias vezes, tornando as relações líquidas. Estas relações ganham um novo significado e os indivíduos experienciam novas dinâmicas relacionais. A título de exemplo, “a definição romântica do amor”, “até que a morte nos separe”, está definitivamente “fora de moda” (Bauman, 2004, p.10).

À luz do que a E4 pronuncia, *“As relações de intimidade, são relações como eu digo, “flash”. São muitas vezes jovens que já se conhecem há alguns anos, mas são paixões, são fósforos. Não se odeiam, mas também não há amor. É tudo muito fugaz, não há aquele tipo de relação mesmo íntima. Até podem ter tido relações sexuais, mas não há uma ligação afetiva”*.

No que se refere ao autor Bauman (2004, p.10) este demonstra que os sujeitos possuem tendência para ter mais do que um amor e apaixonar-se e desapaixonar-se muitas vezes, existindo relações líquidas. As mesmas adquirem um novo significado e os indivíduos experienciam novas dinâmicas relacionais. A “definição romântica do amor” ou “até que a morte nos separe”, por exemplo, cai em desuso (Bauman, 2004, p.10).

Atendendo à E5, *“Nas situações de bullying... há vinculações mal definidas que não transmitem à criança a segurança necessária para lidar com as situações e ela é um alvo fácil de se tornar vítima. Os jovens entre si são agressivos e procuram alvos mais fracos e essas crianças que já estão fragilizadas por questões de segurança são os alvos mais fracos e os pais não são capazes, porque já não foram capazes antes de promover essa segurança e vitimizam novamente a criança, reforçando esse bullying, ou seja, dando-lhe crédito e não ajudando a ultrapassar as situações que ela tem de ir tratar na escola. Normalmente, isto é, na escola, ou com grupos de pares fora da escola ou com inícios de namoros que acabam por acabar em violência psicológica também”*.

Sá (2012, p.54) corrobora o pensamento da nossa entrevistada, indicando a existência de “disfuncionalidades no seio familiar ou da existência de deficientes competências parentais”.

Santos & Caridade (2017 a) constataram a existência de uma ligação entre a duração do relacionamento e a violência psicológica ligeira.

Os estudos de Gama, Veríssimo & Tomas (2017) deram a conhecer que nas relações de namoro as formas em que o abuso acontece mais frequentemente são a emocional e a verbal, praticadas em maior número por mulheres.

Levando em atenção o estudo de Hughes et al., (2016) através de uma amostra de alunos universitários do sexo feminino, das 206 participantes na investigação, a maior parte afirmou ter infligido violência psicológica sob o parceiro em situações emotivas.

No que tange à E6, a mesma afirma que *“se existe violência é um bocadinho difícil caracterizar os laços afetivos. O que é afetividade numa relação de violência? É uma afetividade disfuncional quando não há respeito pelos limites do outro é difícil falar nas questões de afetividade. Acho que o controlo excessivo, o ciúme doentio ou aquilo que poderá estar na origem do caracterizar de muitas destas situações, não tem a ver com situações de afeto normais, que estão aqui em causa”*.

O foco incide sob os pensamentos de (Duarte & Lima, 2006; Oliveira, 2012) que apoiam a ideia da E6, dado que a violência psicológica consiste em uso de meios de intimidação sobre a vítima como perseguição, chantagem, ameaça, ofensas, insultos, humilhação.

Em acordo está Follingstad et al., (1991), que evidencia que o facto de a violência existir e ser perpetrada nas relações de intimidade provem de um conjunto de valores do patriarcado e do romantismo que constroem a ótica na qual o homem tem todo o controle, sendo as mulheres dependentes destes...)

A E7 realça que *“nas relações de intimidade nós sabemos que as pessoas têm uma relação afetiva muito forte, mesmo havendo violência, a relação afetiva é forte. Acho que aí não dúvidas. Há uma dependência emocional óbvia. Essa é uma das razões pelas quais as pessoas se mantêm em relações abusivas. Quanto às situações de bullying, aí é o contrário, o agressor não tem qualquer tipo de compaixão pela vítima, mas mais uma vez estou a falar empiricamente. Não tenho dados”*.

Segundo Richard et al., (2015, p.23) as vítimas apresentam alguns “fatores de risco”, digamos assim: dificuldade em aceitar o fiasco da sua relação, o conceito de amor é normalmente associado a sacrifício e dependência.

Através de Lopes Neto (2005, p. S167); Ventura & Fante (2013, pp.24-25, p.42), o agressor pode apresentar as seguintes características: hostilidade e domínio para com os colegas, agir friamente, sentindo prazer e satisfação no sofrimento provocado aos outros.

À luz do que diz a E8, *“a maioria destes jovens, tanto as vítimas como os agressores, têm lacunas nos laços emocionais, nas relações. São famílias em que a autoestima também é um bocadinho mais baixa, em que há pouco acompanhamento, a relação não é muito forte, nem nas vítimas, nem nos agressores. Nós verificamos isso, quando abordamos os miúdos para fazer averiguação e conversar com eles, percebemos que nunca lhes tinham pedido a opinião deles, ou que ninguém tinha conversado sobre algumas coisas com eles. As relações familiares*

aqui são carenciadas ou reduzidas em termos de emoção, tanto num como noutra, tanto nas vítimas como nos agressores, na minha opinião. Eles entram em conflito, porque querem atenção, porque as famílias não acompanham as suas crianças/jovens”.

Serrate (2009, p.109) aborda aspetos fulcrais: a dinâmica e estrutura familiar, o tipo de educação parental, as relações com outros membros da família, entre outros, uma vez que podem mudar e influenciar os comportamentos das crianças, tornando-os em agressores /vítimas no que diz respeito à relação com os pares.

Sá (2012, p.54) indica diversos autores no seu estudo que explicam a existência de “disfuncionalidades no seio familiar ou da existência de deficientes competências parentais”.

3.8. Violência sob pais/cuidadores

A problemática de pais/cuidadores versa sob as competências que estes devem ter para desenvolver uma atmosfera onde o afeto impere, bem como assegurar as necessidades básicas da criança/jovem.

Educar uma criança/jovem é extremamente desafiante. Implica repensar uma organização de vida, na qual se encontre flexibilidade e formas de adaptação, não descurando a saúde psicológica e o bem-estar.

Tendo em conta a entrevistada E1, esta diz que *“Há situações que existe violência dos jovens para com os pais/cuidadores, sim, existe. Existem vários casos. Quando são processos instaurados por comportamentos desviantes temos verificado que há jovens que agridem com alguma frequência, não só verbalmente, mas também fisicamente os pais/cuidadores.”*

Cottrel, 2001, citado por (Damásio, V. s.d) concorda dizendo que “A maior parte dos protagonistas deste tipo de agressões são crianças ou adolescentes do género masculino, entre os 7 e 18 anos, mas especialmente entre os 15 e os 17”.

Esta violência acontece tanto de forma física como psicológica, desde ameaças e insultos a agressões físicas, de intensidade distinta, conforme (Damásio, V. s.d).

Na compreensão da E2, a mesma ressalta que *“temos histórico em que os pais que agora maltratam os seus filhos, que lhes batem em contexto familiar que agora é considerado violência doméstica, porque também foram eles próprios muito batidos, quer pela sua mãe ou pelo seu pai, batiam-lhes fisicamente, de cinto, de chinelo, de colher de pau, mas que também assistiram eles próprios a situações de violência doméstica e muitos falam que elas só ocorriam, porque havia esta desculpa para haver violência, porque o pai estava alcoolizado”.* Os cuidadores também acabam por de uma forma ou de outra em situações que haja maior stress ou

dificuldade em lidar com as suas crianças e os seus jovens, por recorrer à violência, seja ela física, seja ela verbal. Também há este registo dos cuidadores, quer sejam eles os pais, os avós, os irmãos, tios, que foram maltratados ou vivenciaram experiências adversas na infância, também há um maior preditor de que haja situações em que recorram à violência para as resolver”.

Oliveira (2015) considera que fatores familiares como experienciar violência ou ser-se exposto a esta no meio familiar, aumentam o risco de perpetração de violência.

Traçamos assim, através de (Ricardo et al., 2015), possíveis características particulares do agressor. A título de exemplo, abuso de substâncias, e.g., álcool)

O sujeito responde de forma desadequada à situação de crise, quando se verifica que as suas capacidades de adaptação estão limitadas e o stress se sobrepõe. (Figueiredo, C.G., 2013).

Levando em consideração a E3, esta diz que *“Existe violência perpetrada sob pais/cuidadores, a vários níveis. Existe de jovens, quando esses cuidadores ainda são capazes fisicamente e já se verificam casos de agressividade e isso muitas vezes está associado, que de alguma maneira aquelas pessoas não se conseguiram constituir como figuras de autoridade perante o filho e foi escalando e isto tem que ser feito desde quando as crianças são pequeninas e senão funcionou, senão existiu uma relação de respeito e á medida que a criança vai-se transformando num adolescente vai ficando cada vez pior e depois há pais que vêm sinalizar os filhos à Comissão, porque não os aguentam. Estão em rutura, não conseguem lidar a partir dos 12 anos mais ou menos...”*

Mediante o raciocínio da entrevistada e analisando a literatura, as vítimas não cumprem com a devida parentalidade, isto é, são condescendentes. Não são capazes de impor normas e limites aos filhos, de supervisionar as suas condutas (Calvete et al., 2014; Ibabe et al., 2017).

Levando em atenção Carabante e colaboradores (2017), estes estão de acordo com o que a E3 menciona, afirmando que as mães vítimas que fizeram queixa dos seus filhos têm um estilo educativo mais severo do que as mães que não foram vítimas.

O pensamento da E4 é centrado em dizer que *“sim existe. Não é líquido, mas existe”.*

Aroca-Montolío e colaboradores corroboram a afirmação, na medida em que a violência filio parental é algo que existe há muitos séculos. Porém, apesar disso, esta tem sido ignorada pela comunidade científica e é um fenómeno que tem sido encoberto pelas vítimas, agressores e testemunhas. Só nas últimas décadas recebeu atenção e causou interesse e inquietação (Aroca-Montolío et al., 2012; 2017; 2011; 2017; 2016).

Já a E5 declara que *“sim. Têm este tipo de ascendência sobre eles, não digo que seja agressão física, acaba por haver alguma violência física quando os apertam, não é necessário bater,*

mas apertar ou contrariar, isso acontece, mas muito violência verbal ou emocional, virar-lhes as costas, bater portas, bater contra os móveis, atirar e partir coisas, isso acontece”.

Assim, entende-se que a violência filio parental assenta em condutas de violência psicológica (verbal ou não verbal) e física, sob os pais ou pessoas que ocupam o seu lugar (Pereira et al., 2017).

A E6 mostra que *“sim, pode existir em alguns contextos. Já tivemos pais a dizerem que não controlam os filhos”.*

Os pais não cumprem com a devida parentalidade, isto é, apresentam-se como sendo tolerantes e não são capazes de colocar regras e limites aos filhos, de monitorizar os seus comportamentos (Calvete et al., 2014; Ibabe et al., 2007).

Atendendo a E7, a mesma defende que *“sim, essas situações ocorrem”.*

Isto vai ao encontro da lógica de Arouca e colaboradores. Em acordo com estes, a violência filio parental existe há muito tempo. Contudo, apesar disso, esta tem sido ignorada pela comunidade científica e é um fenómeno que tem sido ocultado pelas vítimas, agressores e testemunhas. Porém, nas últimas décadas foi merecedora de atenção e despertou interesse e inquietação (Aroca et al., 2012; 2017; 2012; 2011; 2016).

No que concerne à E8, esta revela que *“na grande maioria das vezes, existe um historial e é quase como um comportamento apreendido. Passa de geração em geração, porque já era assim e por mais que se tente quebrar este ciclo, penso que só nos dias atuais é que estamos a conseguir ter noção de que precisamos de quebrar esse ciclo, porque a maioria das vezes o ciclo mantém-se”.*

A maioria dos filhos/as agressores/as testemunharam violência doméstica. A violência dos pais contra os/as filho/as pode ter sido originada num ambiente de maltrato no tempo da infância dos pais (Ibabe et al., 2007; Carabante et al., 2017; Oliveira & Sani, 2019, Oliveira, 2015).

A exposição à violência e ao maltrato pode levar à manutenção do ciclo de violência (Carrasco, 2014).

Ser espetador de maus-tratos entre os pais ajuda a interiorização de crenças e princípios que se relacionam com as relações com os outros à sua volta. Existir violência entre os progenitores é, por si só, um fator de risco e aumenta a probabilidade dos filhos se reverem com a violência como uma maneira legítima e eficiente de resolver os problemas e de atingir os seus propósitos (Calvete et al., 2014; 2015; 2012; 2013; 2007).

3.9 Fatores na base da transmissão intergeracional da violência

Reparamos tantas vezes que as crianças têm tendência para imitar as condutas dos progenitores, deduzem que os comportamentos deles são um exemplo que deve ser seguido. Uma vez que as crianças/jovens estão em fase de amadurecimento, ainda se encontram a construir a sua própria personalidade, criando uma identidade, costumam repetir condutas às quais estão expostos. Deste modo, é comum que as crianças quando são vítimas de relações onde conste a violência no âmbito familiar, tendem a replicar esses modelos noutras relações, podendo ser vítimas ou agressoras.

A E1, salienta que *“Muitos vêm as situações de uma certa forma porque já foram criados assim com violência entre pais e criam ou educam os filhos na mesma linha e depois não há uma mudança real na maior parte das situações do que está na origem. Ou seja, replica-se os mesmos fatores de pobreza, os mesmos fatores educacionais, os mesmos modelos, entre outros”*. Neste sentido, de acordo com a literatura, agressão dos pais contra os/as filho/as pode ter tido a sua origem num ambiente de maltrato infantil dos pais (Ibabe et al., 2007; Carabante et al., 2017; Oliveira & Sani, 2009; Oliveira, 2015).

Existir agressões entre os pais representa um claro fator de risco. Assim sendo, este aumenta a probabilidade dos/as filhos/as se reverem com atos de violência, como sendo uma forma vista como legítima e também eficiente de solucionar os problemas e de atingir, ao mesmo tempo, os seus intuitos (Calvete et al., 2014; 2015; 2012; 2013; 2007).

A E2 diz *“é assim, acho que os fatores têm muito a ver com a bagagem cultural e também acho que têm a ver com o meio destas famílias, porque se se reage de uma forma agressiva para com a pessoa que está ao seu lado, o filho/a, e ele/a considera que o que está a vivenciar é normativo, vai reproduzir mais tarde esses mesmos comportamentos, essas atitudes, quer para com os seus filhos, relações, havendo maus-tratos”*.

A existência de agressões entre os pais é considerado como um fator de risco, aumentando, deste modo, a possibilidade dos/as filhos/as se identificarem com a violência como algo legítimo, que pode ser uma solução para as adversidades, e também como uma maneira de alcançar o pretendido (Calvete et al., 2014; 2015; 2012; 2013; 2007).

A E3 declara que *“nós aprendemos muitos dos nossos valores e dos nossos modelos de comportamento observando quem está á nossa volta, sendo que a nossa família e o local onde somos educados, criados, é á partida o principal veículo que vai influenciar e modelar as nossas aprendizagens de como nos relacionarmos no mundo. Ainda que às vezes haja pessoas que possam ser expostas a contextos diferentes daquele que têm dentro da sua casa e da sua família*

elas têm sempre uma grande aprendizagem que é proveniente do contexto onde foram educadas e criadas e elas aprendem por imitação também. Há meios sociais em que as pessoas fazem às escondidas, praticam violência sem que ninguém veja e também ao fazerem-no às escondidas e ao ser vergonhoso, isso também é passado para a criança/jovem que também aprende dessa forma, mas efetivamente há meios sociais em que há uma maior banalização da violência, até por uma questão cultural e esses valores são transmitidos intergeracionalmente sim, sem dúvida”.

A agressão dos progenitores contra os/as filho/as pode ter começado num contexto de maltrato infantil dos pais (Ibabe et al., 2007; Carabante et al., 2017; Oliveira & Sani, 2009; Oliveira, 2015). Assume-se, perante a literatura, que a exposição à violência e aos maus-tratos pode conduzir a situações de manutenção do ciclo de violência (Carrasco, 2014).

Presenciar violência entre os pais auxilia a interiorizar crenças e princípios negativos que se relacionem com as relações com os outros ao seu redor.

Existir violência entre os progenitores é, por si só, um fator de risco e eleva a possibilidade dos/as filhos/as se reverem com a agressividade como sendo uma maneira que é legítima e um caminho facilitador de resolver os problemas e de atingir, por esta via, os seus objetivos (Calvete et al., 2014; 2015; 2012; 2013; 2007; Oliveira, 2015).

Tendo em vista a violência, esta existe à luz de dois carateres: o público e o privado: a primeira é mais visível e socialmente compromete a imagem na sociedade, gerando mais controvérsia. O segundo é mais reservado e também íntimo, sendo exemplo disso a violência familiar com o cônjuge e com os seus descendentes (Azevedo, 2004, p. 3).

A E4 afirma que *“o principal fator é a criança começar a ver aquela situação como normal, portanto é normal, se é normal eu vou aplicá-la também. Para mim é essa a situação, é a normalidade, como nós temos a normalidade do beijo, o outro tem a normalidade do insulto e a normalidade da bofetada, que é exatamente igual. Porque se uma criança quando o pai e a mãe estão a discutir, ele diz “vai-te f*”, e ela diz “vai tu te f*” é muito normal que quando são mais velhos a mãe diga “anda cá fazer isto” e ele responda: “faço nada, vai-te f*”.*

Caridade & Braga (2019), demonstra que a normalização e o consentimento da perpetração da violência, bem como a sua justificativa, auxiliam na culpabilização das vítimas de violência interpessoal.

A entrevistada E5 revela que *“o que está na base é a normalização da violência, o facto de eles terem crescido com estes contextos e isso é para eles o normal. Se não têm outros fatores protetores, outros modelos e eu falo, por exemplo, que a escola tem muito esse papel da prevenção, dos maus-tratos, de falar dos direitos das crianças e dos jovens, dos direitos e deveres*

dos jovens no namoro, do que é a violência doméstica senão há uma sensibilização, estas condições estão muito fáceis para serem repetidas, porque é o que eles conhecem, é o mundo deles, não conhecem outra realidade, por isso a escola tem um papel muito importante em quebrar estes ciclos de violência entre gerações e como protetor destas crianças/jovens, dando-lhes outros modelos. Dando-lhes a conhecer uma nova realidade que eles não a têm em casa, daí a família alargada, porque muitas vezes não é só na casa deles, é na casa dos tios e dos avós, porque é esse o modelo que eles têm”.

Caridade & Braga (2019), expõem que a normalização e o consentimento da perpetração da violência, bem como a sua justificativa, auxiliam na culpabilização das vítimas de violência interpessoal.

A agressão dos pais contra os/as filho/as pode ter tido a sua origem no âmbito do de maltrato infantil dos progenitores (Ibabe et al., 2007; Carabante et al., 2017; Oliveira & Sani, 2009; Oliveira, 2015). Porém, é a exposição à violência e ao maltrato que pode levar à manutenção do ciclo de violência (Carrasco, 2014).

É junto destes/as alunos/as que são testemunhas que as escolas têm de apostar, uma vez que estes têm um papel fulcral quanto a prevenir e combater o *bullying*, impedindo que este fenómeno aconteça, ensinando-os a agir e a ser pró-ativos em situações destas, segundo (Arede, J. A. G., 2016).

Por outro lado, existem escolas que são verdadeiras “fábricas de *bullying*”, de acordo com Arede (2016).

Para Fante (2005) quando as relações entre pessoal docente, não docente e discentes, não são aclimatadas, como acontece com crianças/jovens que são alvo de discriminações mais adversas e que são rejeitadas, a escola é vista como um foco de stress e de desajustamento e, consequentemente, geradora de condutas violentas e conflitos interpessoais.

De acordo com o que a entrevistada E6 declara, “*os estudos também mostram que não há uma relação causal entre uma coisa e outra. Pode haver de facto estas situações da transmissão da violência, mas há outros fatores que concorrem para isso. Por exemplo, até uma determinada idade, nas questões desenvolvimentais das crianças, a participação da família tem uma importância fundamental na 1ª infância, mas à medida que os adolescentes ou que as crianças crescem vão tendo outras influências: de pares, de situações em termos escolares, ou de outras relações. Portanto, a nossa personalidade não está determinada à partida, vai-se formando, vamos sendo o produto de uma série de influências. Portanto, acho que essa perspetiva também não pode ser fatalista, no sentido em que alguém que cresce num contexto de violência vai*

necessariamente tornar-se uma pessoa agressiva no futuro. Acho que não é assim, isto é mediado por uma série de fatores”.

Segundo Oliveira (2015), autora do estudo com maior dimensão realizado em Portugal sobre a transmissão intergeracional da violência, em que estuda duas gerações, experienciar comportamentos abusivos por parte dos progenitores e/ou estar exposto a situações violentas aumenta a probabilidade dos jovens serem vítimas e/ou agressores nas suas relações de intimidade. A mesma autora refere que ser vítima na infância funciona como um fator de risco acrescido para a violência em diferentes domínios.

De acordo com a Organização Mundial de saúde, o microsistema e as relações de amizade, superiores e parceiros amorosos aumentam também o risco para a perpetração da violência, dado que conviver com sujeitos violentos pode levar ao desenvolvimento de condutas violentas. Abordando fatores de contexto comunitário ou meso sistema a WHO (s.d.) explica que o contexto em que as relações sociais sucedem contribui para o risco da violência, podendo encaixar aqui o desemprego, a mobilidade da população e o envolvimento de armas.

As condutas violentas e verbais apreendidas na comunidade são levadas para o meio escolar. (Arede, J. A. G., 2016).

Alguns estudos contrariam e entendem que testemunhar violência entre pais reduz a probabilidade de perpetrarem e legitimarem violência no contexto de uma relação amorosa (Breslin et al., 1990; 1987).

A E7 salienta que “... se temos um modelo em que consideramos a normalidade é a violência, podemos assumir depois nas nossas relações que a forma de lidar com os outros é através da violência”.

A criança vê o castigo físico como algo que é aceitável, sendo moralmente aceite como uma maneira de ensinar as crianças e como medida usada para corrigir as suas atitudes, isto é, a interação no seio familiar ensina às novas gerações de que a agressão é uma conduta social válida (Straus, 2008). Ao reconhecer o castigo físico como método que visa a disciplina, está aberta a porta para que a violência seja adotada noutros contextos, em prejuízo de outros métodos, verificando-se que esta aprovação começa por parte dos pais e estende-se às crianças e jovens (Simons & Wurtele, 2010).

A E8, declara “acho que não é uma questão genética, acho que são comportamentos apreendidos tendo em conta o ambiente dos pais. Acho que a influência do ambiente é muito maior do que a influência genética...”.

A existência de agressões entre os pais é considerado como um fator de risco, aumentando, deste modo, a possibilidade dos/as filhos/as se identificarem com a violência como algo

legítimo, que pode ser uma solução para as adversidades, e também como uma maneira de alcançar o pretendido (Calvete et al., 2014; 2015; 2012; 2013; 2007).

3.9.1 O que precisa de ser feito em Portugal?

Cada entrevistada segue a sua própria linha de raciocínio associada às ideias que espelham as melhorias que pensam que deveriam ser implementadas e, conseqüentemente, concretizadas no nosso país.

E1: *“As questões de dependência económica, falta de habitação, não permite muitas vezes sair em segurança de relações. Continuam a manter uma relação em que são agredidas/os, não têm opção... para mulheres, temos comunidades de inserção e para os homens? Não temos... era preciso também mudar a mentalidade dos juizes e procuradores, dar mais formação e implementar projetos para os agressores. O que faço com aquele “agressor”? Para onde o encaminho? Que respostas dou? O que mudou para que não tenha os mesmos comportamentos com outra companheira? Acho que falhamos. Não temos respostas rápidas para trabalhar a agressividade nos agressores... pais que perderam o controlo e pediram ajuda, querem ajuda e não tiveram resposta... ao nível dos agressores era preciso trabalhar, implementar novos projetos, novas políticas”.*

E2: *“Começar por sinalizar, comunicar, transmitir... se uma escola/outra entidade tem conhecimento que nos seus espaços existem situações graves tendem também a comunicar, a chamar á atenção dos pais, representantes legais, elementos das escolas, sejam professores, elementos da ação educativa e ir passando por patamares em que haja envolvimento de vários serviços: projetos, IPSS’S ou serviços de saúde, que levem à construção de manuais ou ferramentas, que sejam replicados para que ao formar/educar, esses assuntos possam ser mais debatidos e se criem instrumentos de prevenção mais nacionais, em termos de linhas orientadoras e de legislação específica nestas vertentes”.*

E3: *“Estes fenómenos ligados ao cyberbullyig precisam de mais intervenção. A internet é uma questão nova, no tempo de pessoas mais velhas não havia acesso. Haver mais consciencialização por parte dos pais que sabem que os filhos estão horas trancados nos quartos na internet e não sabem o que fazem, nem percebem o que pode vir daí. Haver cursos para pais, para perceberem estes riscos. Haver intervenção junto dos jovens, dos pais, e sensibilizar os pais para os efeitos negativos da exposição da violência familiar em relação aos filhos, e de como muitas vezes melhor lidar com os comportamentos que os jovens têm e como melhor fomentar isto para que isto não aconteça, além da questão da intervenção nas escolas”.*

E4: *“Tem de se cumprir com as diretrizes que são emanadas, por exemplo, da União Europeia, em que se retifica acordos, mas não passam para o terreno, metade ficam no papel. O caso das ONG’S que recebem dinheiro para fazer certas ações. Algumas fazem-no, outras não. Era necessário perceber, ou assinar, ou ratificar, ou haver o compromisso das ações se elas são feitas ou não, e continuar sempre”*.

E5: *“Debates públicos, ações de sensibilização na televisão que é onde acabam por ver mais, redes sociais onde os jovens estão sempre ligados, dar-lhes informação através de todos os canais que estejam disponíveis para que os jovens percebam que aquilo que estão a fazer não está correto. Não é correto perseguir as suas namoradas, violência não é só bater e há vários tipos de violência. Ninguém merece ser agredido de forma alguma, isso não é amor. Tudo tem de ser trabalhado e divulgado”*.

E6: *“Não se resolve estes problemas com intervenções pontuais, ou seja, no bullying, vai à escola segura e faz uma sessão com os meninos. Na violência nas relações de intimidade, vai uma psicóloga da APAV e faz uma sessão com os meninos para explicar. Isso não é prevenção. São ações pontuais de sensibilização. Funcionamos muito na questão das ações, problemas e projetos pontuais, que começam e terminam passado 1 ano, enquanto não houver investimento na continuidade. É o problema da prevenção que é transversal a todas as escolas, com base em candidaturas, em projetos pontuais, em alguém que é chamado e vai fazer qualquer coisa em certa altura. É o que falha a nível de continuidade e de investimento.”*

E7: *“É feito um ótimo trabalho para alertar para estas questões. É suficiente? Não, é necessário persistir, porque somos inundados por um conjunto de informações que não há controlo, por isso penso que o estado, as instituições, têm um papel importante na consciencialização e no alerta para estas questões. Já vem sendo feito um ótimo trabalho de campanhas, de instituições que promovem formações, ações de sensibilização, mas temos de continuar”*.

E8: *“Posso arriscar muito, mas acho que não temos técnicos com sensibilidade e formação suficientemente capacitados para a intervenção. Há muito esta questão de intervir para resolver a situação. Ainda falhamos um pouco na prevenção, a forma como intervirmos passa muito pela base do castigo e da punição, não em reabilitar para que não volte a acontecer. É uma falha relativamente à nossa formação”*.

Importa, portanto, refletir sobre as sugestões avançadas pelas diferentes entrevistas, na medida em que serão necessárias alterações profundas nas políticas social, na formação de quadros técnicos, na promoção de mais campanhas de sensibilização e em ações concertadas e reiteradas no tempo.

3.9.2 Medidas importantes para a prevenção: como aplicá-las? junto de quem?

É pertinente percebermos o que pode ser feito além do trabalho que existe, que métodos usar e a quem se pode recorrer para colocar os planos em práticas. A melhoria deve estar sempre presente na nossa mente, nunca nos devemos deixar ficar pelo comodismo ou pelo facilitismo de aceitar apenas o que já existe. Trabalhar a prevenção deve ser um dever de todos. Devemos encaixá-lo na comunidade gerando uma ação incorporada na sociedade, promovendo estratégias de combate, alertando para âmbitos e laços saudáveis, salvaguardando a saúde mental. Assim, ouvi atentamente as opiniões das entrevistadas sobre esta temática. Elencam-se, de seguida, os seus pontos de vista.

E1: *“Em termos de prevenção é ao nível do desenvolvimento de competências parentais. Depois, integrar muitas destas vítimas em estruturas que lhe possam fazer ter consciência de toda a problemática que está inerente às situações de violência doméstica. É fundamental implementar mais ações e fazer chegar a estas pessoas mais ações de sensibilização e de informação. Como aplicá-las, acionar todas as estruturas que trabalham nessas áreas e fazer com que as pessoas não vão para estas ações obrigadas, mas tentar que elas frequentem e que estejam presentes, porque é importante para a mudança da vida delas. Isso é difícil, fazê-las ter essa consciência. Junto de quem, junto dos jovens também, dos próprios progenitores. Junto da comunidade escolar também, ter este tipo de ações e principalmente junto da comunidade escolar porque nós temos a noção de que a violência no namoro é constante, é presente e é tida muitas vezes como “ele gosta de mim, faz isto porque gosta de mim, ele controla o meu telemóvel porque gosta de mim”. É fundamental também trabalhar junto dos jovens, junto da comunidade escolar estas questões. Com a pandemia ficamos em stand by, mas tínhamos um projeto que era “Eu e os Outros”, entretanto veio a pandemia e não conseguimos fazer as sessões presencialmente com os jovens, que é uma das ferramentas que nós estávamos a pensar implementar ao nível da educação para trabalhar estas questões da violência no namoro, do bullying, acho um programa fantástico”.*

E2: *“As medidas em matéria de prevenção acho que passam pela formação e pela educação e quanto mais cedo em contexto até escolar ou mesmo já no pré-escolar, quanto mais cedo se capacitarem de viver de forma saudável, viver com respeito, viver numa família harmoniosa, é o bem-estar para todos. Haver currículos formativos, ter aqui temáticas que sejam propostas, selecionadas discutidas, mas sobretudo ao nível educativo. Quanto mais cedo, melhor. Quer junto das escolas, dos educadores, passar esta mensagem para os seus pais, para as crianças”.*

E3: *“Há vários tipos de medidas, há as medidas que são preventivas que se vão fazendo sempre e nós aqui na Comissão já tivemos projetos em que isso é feito, por exemplo, em crianças do jardim de infância e quanto mais cedo melhor e deve-se fazer sempre ao longo da vida da criança. Em relação ao bullying a mesma coisa. É muito importante a existência sempre da prevenção e do reforço do que é incorreto e do que não deve existir, isto em termos de prevenção, mas depois efetivamente e quando isso já está instalado e há vários casos em que já está instalado, as escolas conseguem fazer um trabalho bom em termos de bullying. Há um sem número de projetos. Já na violência no namoro, é preciso algo mais específico que já não é só de prevenção, é de “tratamento”, de intervenção. Temos algumas coisas e é importante, por exemplo, nos jovens até agressores, não é só nas vítimas, e é nesse nível que o trabalho é mais feito em termos de apoio às vítimas e não tanto com os agressores. É importante o apoio aos agressores no caso da violência no namoro ou até no caso dos abusadores sexuais muitos jovens ainda, adolescentes. É importante trabalhá-los. Existem algumas coisas, agressores no caso da violência no namoro, ou até no caso dos abusos sexuais dos abusadores sexuais muitos jovens ainda, adolescentes, é muito importante trabalhá-los. Existem algumas coisas que fazem, existe por exemplo, a Cruz Vermelha que tem uma consulta específica para jovens e crianças, associada à violência doméstica e que também trabalha a violência no namoro”.*

E4: *“Primeiro é as ações que se podem fazer na pré-escola e muitas vezes com a criança em gestação. Ainda não há ser, ainda não há criança, mas muitas vezes quanto mais cedo as sessões e as pessoas forem informadas sobre as situações melhor podemos a montante fazer com que elas não existam. Falar sobre as coisas, sobre a violência no namoro, que nós às vezes podemos dizer “já fui a tantas formações de violência doméstica”, mas não só os técnicos precisam. Tem de haver também ao nível dos professores, dos educadores, de comunidade educativa e também para os pais. Porquê não haver uma disciplina de cidadania quando a criança está no jardim de infância? Claro que não se vai chamar cidadania, mas assim como aprendem o inglês e outros jogos, porque não se falar desses temas? Porque é que não se faz uma ação com os pais quando eles estão no jardim escola? Muitas vezes as famílias que têm RSI, isso também acontece com os reclusos. Parecem técnicos a falar, porque eles vão às ações todas, mas depois na prática é tudo igual, continuam a exercer a parentalidade da mesma forma que exerciam antes e os problemas depois a montante também. Alguns, atenção. Não estou a falar de todos, estou a falar de 1 ou 2 que vão a ações e que já acompanhei. Mas lá está, é a prevenção, a situação passa por aqui, muito cá atrás”.*

E5: *“Trabalhar na formação cívica destes jovens, trabalhar na escola, na consciencialização de práticas de não violência, de termos uma conduta de tolerância 0 à violência, isto está a ser*

muito pautado pela filosofia que as escolas têm que implementam nas suas dinâmicas. Acho que parte muito por nós pautarmos a educação desde o pré-escolar, numa dinâmica de não violência e de sermos mais amigos uns dos outros, em desenvolvermos uma escola amiga da criança. A criança vai levar para casa estes comportamentos e vai exigir em casa ser bem tratada”. É importante haver um espaço nas escolas para se trabalhar a parentalidade positiva com as famílias e quebrar estes ciclos, porque muitos pais praticam esta violência em casa sem se aperceberem que a estão a praticar e são negligentes sem se aperceberem que o estão a ser. Por exemplo, na alimentação, o facto de darem às crianças o que elas gostam, aí não estão a ser amigas da criança. Se elas gostam de comer batatas fritas de pacote todos os dias isso não está a ser uma educação saudável para a criança, não estamos a facilitar um desenvolvimento saudável e a violência e tudo isto está tudo encadeado, tem a ver com a parentalidade. Precisamos de trabalhar isto com as famílias. Tudo o que seja modificação do comportamento demora muito tempo, é um trabalho que é muito difícil cimentar, mas tem de ser feito no pré-escolar e não se pode desistir”.

E6: “Começa pelas escolas, é um trabalho que tem de ser feito por estas para saber reconhecer alguns sinais, alguns indicadores, porque muitas das vezes não há esta sensibilidade. Um miúdo, por exemplo, que esteja mais sossegado, normalmente é um miúdo que não chama á atenção, só porque ele não dá problemas e é muito calado, muitas vezes isso pode ser sinal ou indicador de que esteja a ser vítima de bullying. É preciso também desenvolver estes programas que existem em algumas escolas, em termos das competências emocionais, que podem ser trabalhados em grupo e depois é tomar esta participação das famílias, das escolas, portanto tem de haver um trabalho conjunto. Reforço esta questão da prevenção, porque acho que já se tem feito algum trabalho interessante, por exemplo, até em termos da utilização do teatro como uma ferramenta para fazer estas intervenções nas escolas, portanto, questões ligadas ao teatro comunitário, que eu acho que se deve realmente fazer um investimento sério nestas matérias e que não podem passar por ações de informação só, porque acho que depois não tem um impacto verdadeiro na mudança de comportamento”.

E7: “Cada vez mais precocemente. Há a evidência de que a violência nas relações de intimidade, por exemplo, acontece muito cedo e isto porque também os jovens iniciam relações de intimidade muito cedo, contrariamente ao que acontecia antigamente. O que significa que temos de atuar cada vez mais precocemente, através do contexto escolar que é importante. Neste momento, penso que as redes sociais, eu vou dar um exemplo da minha experiência, e eu apesar de como eu costumo dizer, ser old school, sou da velha guarda, também me distraio por vezes a ver o tik tok. Há situações que eu vejo que são muito graves, em que o humor que utilizam é

a agressão e, por vezes, até a agressão física. Estamos a falar em ambos os sexos e as pessoas acham uma grande piada e isso é disseminado por milhões de pessoas, por isso falamos do contexto escolar que é muito importante, mas agora há outro tipo de canais”.

E8: “A nível de intervenção e prevenção, acho que tem a ver cada vez mais na escola e tem a ver com este formato e de como a escola funciona. Precisamos também de trabalhar esclarecimentos a este nível com as famílias e cada vez mais, e nós temos uma escola com pais, devemos tentar fazer isso até com recurso à GNR para perceberem aqui algumas situações e os alertar para questões que eles acham que não acontecem ou que não é possível e que não vão fazendo o acompanhamento e vigilância dos menores que têm em casa, acho que isso era importante. Para além depois desta questão de achar que nós falamos em termos sociais no acompanhamento a estas famílias. É feita a sinalização à GNR, a GNR vai lá, faz uma sinalização ao tribunal, faz uma sinalização à CPCJ que há lá um menor e não se faz mais nada. Há todo aqui um trajeto que já é instituído e que nós sabemos que são aqueles passos obrigatórios, mas depois em termos de intervenção não há.”(E8).

De forma geral, os resultados obtidos através das participantes, corroboram a revisão da literatura realizada. Comprovam que a exposição a um ambiente violento no âmbito da família, tendo, por isso, um percurso educativo desajustado, fora do que é expectável para uma criança/jovem, pode ser entendido como um elemento preditor quanto à violência nas relações amorosas juvenis e violência entre grupos de pares.

Posto isto, o jovem pode replicar os comportamentos testemunhados e tornar-se agressivo, embora não tenha que necessariamente assumir esta postura. Tudo dependerá dos seus modelos de referência que optará ou não por seguir e também da formação da sua personalidade associada ao seu superego, que terá de ser mais forte que o seu id.

Quanto às medidas importantes para a prevenção, elencam-se algumas que foram sendo mencionadas pelas participantes ao longo da entrevista semiestruturada: i) promover capacidades ao nível dos pais; ii) incluir as vítimas em sistemas que apelem á sua consciencialização quanto ao assunto da violência; iii) efetuar mais ações de sensibilização e informação; iv) colocar em prática medidas de prevenção, educar, quanto mais cedo melhor, isto é, a título de exemplo, já na altura do pré escolar, para se capacitarem precocemente de viver saudavelmente e com respeito pelo outro; v) existir currículos formativos com temáticas a serem sugeridas, elegidas e debatidas, na vertente educativa; vi) concretizar “tratamento” de intervenção em casos de violência nas relações amorosas; vii) estabelecer apoio aos agressores para que compreendam o seu problema e assim se possa trabalhar com eles, tal como se faz com as vítimas; viii) atribuir formação na escola, não só os técnicos, mas também aos docentes, educadores,

comunidade educativa e aos progenitores; ix) implementar uma disciplina que mesmo que seja de cidadania no jardim de infância, possua outra designação com o mesmo intuito, para que se possam abordar temas graves e pertinentes, ou seja, trabalhar na formação cívica das crianças/jovens; x) insistir na consciencialização de uma dinâmica que se centre em práticas de não violência, de se ter um comportamento de tolerância 0 á violência, de sermos mais amigos uns dos outros, em criarmos uma escola amiga da criança, o que depois vai levar a que a criança transmita esses valores na sua habitação e exija ser bem tratada; xi) conceber um espaço em âmbito escolar para se trabalhar numa parentalidade positiva com as famílias, que objetive o rompimento com estes ciclos de violência e de negligência, aos quais os pais muitas das vezes nem dão conta que o estão a fazer; xii) saber reconhecer sinais e indicadores ao nível escolar, porque muitas das vezes não existe sensibilidade para tal. A título de exemplo uma criança/jovem “... que esteja mais sossegado, normalmente é um miúdo que não chama á atenção, só porque ele não dá problemas e é muito calado, muitas vezes isso pode ser sinal ou indicador de que esteja a ser vítima de *Bullying*”; xiii) desenvolver programas que existem em contexto escolar, no que respeita a competências emocionais, que podem ser trabalhadas em matéria grupal, tanto nas escolas, como nas famílias, para que exista um trabalho efetuado em conjunto; xiv) utilizar o teatro comunitário como instrumento para realizar intervenções escolares; xv) realizar acompanhamento e vigilância das crianças/jovens, por parte dos pais.

Estas medidas podem ser aplicadas junto de: crianças/ jovens e dos pais e da comunidade escolar (e.g. educadores, professores).

CONCLUSÃO

Com este trabalho pretendemos dar um contributo ao conhecimento da intergeracionalidade da violência e aos diferentes fatores de risco que estão na base deste modelo. Foi ainda nosso propósito dar voz às técnicas que estão há vários anos no terreno a trabalhar esta temática e a perspetiva delas quanto à replicação da violência noutros contextos que não só a habitação, enquanto local de socialização primário.

Pretende-se dar a conhecer as mais-valias e as limitações desta investigação, bem como realçar algumas sugestões para futuros trabalhos.

No que concerne a contributos, esta investigação traz um melhor entendimento da intergeracionalidade da violência, do que está na origem, e sobretudo, o impacto que este fenómeno pode eventualmente ter na vida das crianças/jovens, à luz da perspetiva de quem todos os dias trabalha com jovens. De reforçar que muitos dos Processos de Promoção e Proteção começam com os pais e mães das crianças que atualmente também se encontram numa situação de perigo. É fundamental compreender que as medidas de promoção e proteção anteriormente aplicadas aos progenitores continuam a estar presentes nos agregados familiares, desta vez aplicadas aos filhos e filhas.

A principal limitação encontrada foi o encontrar por parte das técnicas disponibilidade para reunir e conseqüentemente recolher dados empíricos para esta investigação.

Esperamos que os resultados deste estudo, se apresentem como um veículo de auxílio aos diversos profissionais das mais variadas áreas de estudo e intervenção, que tentam entender as possíveis géneses da transmissão intergeracional da violência.

Esta investigação tenciona trazer linhas de discussão e reflexão, pretendendo poder fornecer o seu contributo na criação de programas e medidas de intervenção e prevenção capazes de interromper com este ciclo.

Assim, do tanto que ainda se pode fazer: realizar medidas de prevenção que sejam continuadas e não apenas pontuais; consciencializar toda a comunidade educativa, além dos pais, implementar programas de intervenção que combatam a violência, englobando docentes, pais, auxiliares da ação educativa, grupos de pares, técnicos de saúde, e claro, os próprios jovens; promover competências de cariz psicossocial e programas que visem resolver conflitos; criar respostas para os agressores; efetuar tratamentos no sentido de reabilitação dos sujeitos nos vários setores da sua vida; desconstruir crenças sobre a violência; definir estratégias de *coping*; reduzir através de políticas sociais a violência e os problemas a nível societário; desenvolver mais gabinetes de apoio às vítimas; transmitir mais debates televisivos; efetuar palestras que

visem a sensibilização social e que alertem para a responsabilização dos indivíduos. Em todas estas medidas, a Criminologia ocupa um lugar extremamente importante, quer na prevenção situacional, quer no apoio e conceção de estratégias interventivas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A.T., Lisboa, C., & Caurcel, M. (2007). Porqué ocurren los malos tratos entre iguales? Explicaciones causales de adolescentes portugueses y brasileños. *Revista Interamericana de Psicología*, 41, 107-118.
- Antunes, M. A. F. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In Gonçalves, R. A. & Machado, C. (Eds). *Violência e Vítimas de Crimes - Volume 1 - Adultos*. (pp.43-77) Coimbra: Quarteto Editora.
- Antunes, J., & Machado, C. (2012). Violência nas relações íntimas ocasionais de uma amostra infantil. *Análise Psicológica*, XXX (1-2), pp. 93-107.
- Antunes, O. (2016). Violência nos relacionamentos íntimos em estudantes universitários (Tese de Mestrado), Repositório da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Aroca-Montolío, C. & Robles, J. L. A (2012). La violencia filio-parental em hijos e Hijas adolescentes com rasgos de Psicopatía. In: Robles, J. L. A. (3ª Ed). *La psicopatía em el siglo XXI: Apuntes para la reflexión*. Universitat de Valencia, pp.24-25.
- Associação Plano i (2022). Observatório Nacional do Bullying - Resultados 2021. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1eKtSWjqynASDqfp4PUAXwBFE_6z-w6eG/view.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV (2011). Bullying. In APAV (Ed.), *Manual crianças e jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir* (pp.63-81). Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Arede, J. A. G. (2016). *Bullying em contexto escolar. estudo de caso* (Tese de Mestrado). Retirado de Repositório da Universidade de Aveiro.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.N. (1993). Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In M.A.
- Azevedo, S. (2004). *A violência nas escolas como resultado dos problemas de inadaptação social*. Universidade Portucalense.

- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. (1961) Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575-582.
- Barak, G. (2003). *Violence and Nonviolence: Pathways to Understanding*. Thousand Oaks. CA: Sage Publications.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Jorge Zahar Editor.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um Projeto de Investigação* (5a Ed). Gradiva.
10.1177/0272431609350927.
- Bengtsson-Tops A, Markström U, Lewin B (2005) The prevalence of abuse in Swedish female psychiatric users, the perpetrators and places where abuse occurred. *Nord J Psychiatry* 59, 504-510.
- Berthold, K. A., & Hoover, J. (2000). Correlates of Bullying and Victimization among Intermediate Students in the Midwestern USA. *School Psychology International*, 21, 65-78. <https://doi.org/10.1177/0143034300211005>.
- Besemer, S. (2012). Specialized versus versatile intergenerational transmission of violence. A new approach to studying intergenerational transmission from violent versus nonviolent fathers: Latent Class Analysis. *Journal of Quantitative Criminology*, 28, 245-263.
- Biroli, F. (2014). *Família: Novos conceitos*. Editora da Fundação Perseu Abramo, 1ª ed., 7-23.
- Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2009). A further look at the intergenerational transmission of violence: Witnessing interparental violence in emerging adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 1022-1042.
- Blonigen, D. M., Hicks, B. M., Krueger, R. F., Patrick, C. J., & Iacono, W. G. (2005). Psychopathic personality traits: Heritability and genetic overlap with internalizing and externalizing psychopathology. *Psychological Medicine*, 35, 637-648.

- Botelho, R. & Souza, J. (2007). Bullying e educação física na escola: características, casos, consequências e estratégias de intervenção. *Revista de Educação Física*, 139, 58-70.
- Bouchard, T. J. (2004). Genetic influence on human psychological traits. *Current Directions in Psychological Science*, 13, 148-151.
- Bowman, D. (2018). The sociology of Bullying: Prevention and Intervention Using a Three Themed Model. Honors Theses, 1691. <https://digitalworks.union.edu/theses/1691>.
- Bowlby J. (1969). *Attachment. Attachment and Loss: Vol. 1. Loss*. New York: Basic Books.
- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. New York: Jason Aronson.
- Breslin, F. C., Riggs, D. S., O'Leary, K. D., & Árias, I. (1990). Family Precursors. Expected and actual consequences of dating aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 5, 247-258.
- Caetano, A. (2016). O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade, Sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos*, pp. 58- 74.
- Calvete, E., Fernández-González, L., Orue, I., & Little, T. D. (2016). Exposure to family violence and dating violence perpetration in adolescents; Potential cognitive and emotional mechanisms. *Psychology of Violence*, 8 (1), 67-75. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/vio0000076>.
- Calvete, E., Orue, I., Bertino, L., Gonzalez, Z., Montes, Y., Padilla, P., & Pereira, R. (2014). Child-to-Parent Violence in Adolescents: The Perspectives of the Parents, Children, and Professionals in a Sample of Spanish Focus Group Participants. *Journal of Family Violence*, 29 (3), pp.343-352.
- Campbell, M. A. (2005) Cyberbullying: An old problem in a new guise? *Australian Journal of Guidance and Counselling*, 15 (1), pp. 68-76.

- Carabante, A., Martín, A & Lede, M (2017). Factors de vulnerabilitat em mares víctima de violència filio-parental. Generalitat de Catalunya. Centre d'Estudis Jurídics i Formació Especialitzada.
- Carrasco, N. (2014). Violencia Filio-Parental: Características personales y familiares de una muestra de Servicios Sociales. *Trabajo Social Hoy*, (73), pp.63-78.
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caridade, S., & Braga, T. (2019). Versão Portuguesa do Cyber Dating Abuse Questionnaire (CDAQ)- Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN): Adaptação e propriedades psicométricas. *Análise Psicológica*, 37 (1), pp. 93- 105. doi:10.14417/ap.1543.
- Cardoso, I. (2002). *Enciclopédia Editorial Verbo Luso - Brasileira de Cultura*, volume - XXIV.
- Carvalhosa, S. F., Lima, L & Matos, M.G. (2002). Bullying – a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. In: *Análise Psicológica*, 4, (pp.571- 585).
- Chesnais, J. (1981). *Histoire de la violence: en occident de 1800 à nos jours*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- Corvo, K., & deLara, E. (2010). Towards an integrated theory of relational violence: Is bullying a risk factor for domestic violence? *Aggression and Violent Behavior*, 15, 181-190.
- Costa, M.C. (2021). *Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes* (Tese de Mestrado) Repositório do Instituto Politécnico de Braga Escola Superior de Educação.
- Damásio, V. (s.d). *Filhos que batem nos pais*. Oficina de Psicologia.
- Delsol, C., & Margolin, G. (2004). The role of family-of-origin violence in men's marital violence perpetration. *Clinical Psychology Review*, 24, 99-122.

- Duarte, A. P., & Lima, M.L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portuguesas. *Psychologia*, 43, 105-24.
- Dubet, F., Vettenburg, N. (1998). *Violence à l'école: sensibilization, prevention, répression*. Bruxelles: Editions du Conseil de l'Europe.
- Ehrensaft, M. K. (2008). Intimate partner violence: Persistence of myths and implications for intervention. *Children and Youth Services Review*, 30, 276–286.
- Evans, S. E., Davies, C. & DiLillo, D. (2008). Exposure to domestic violence: A meta-analysis of child and adolescent outcomes. *Aggression & Violent Behavior*, 13 (2), 131-140.
- Fang, X., & Corso, P.S. (2008). Gender differences in the connections between violence experienced as a child and perpetration of intimate partner violence in young adulthood. *Journal of Family Violence*. 23, 303–313.
- Fante, C. (2005). *Fenómeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Editora Verus.
- Farrington, D. P. (2007). Origin of violent behavior over the life span. In Flannery, D. J., Vazsonyi, A. T., & Waldman, I. D. (Eds.), *The Cambridge Handbook of Violent Behaviour and Aggression* (pp. 19-48) Cambridge: University press, Cambridge.
- Figueiredo, C.G. (2013). *Vulnerabilidade ao stress do cuidador informal*. Tese de Mestrado. Repositório do Instituto Politécnico de Viseu.
- Follingstad, D., Wright, S., Lloyd, S., & Sebastian, J. (1991). Sex Differences in Motivations and Effects in Dating Violence. *Family Relations*, 40(1), 51-57. doi:10.2307/585658.
- Fonseca, P. (2015). *Bullying e Cyberbullying: Estudo do Fenómeno em Jovens Estudantes do Ensino Secundário* (Tese de Mestrado). Porto, Universidade Fernando Pessoa, Portugal.
- Foshee et al. (2010). Risk and protective factors distinguishing profiles of adolescent peer and dating violence perpetration. *Journal of adolescent health*, 48, 344-350. doi: 10.1016/j.jadohealth.2010.07.030.

- Franklin, C. A., & Kercher, G. A. (2012). The intergenerational transmission of intimate partner violence: Differentiating correlates in a random community sample. *Journal of Family Violence, 27*, 187–199.
- Gama, A., Veríssimo, A., & Tomás, C. (2017). Violência no namoro na Escola Superior de Educação de Lisboa. *Ex aequo* (36), pp.77-98. doi <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.05>
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. S., & Coelho, T. M. F. (2007). Understanding domestic violence from the categories gender and generation. *Ata Paulista de Enfermagem, 20* (4), pp. (504-508).
- Gover, A., Kaukinen, C., & Fox, K., (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(12), 1667-1693. doi: 10.1177/0886260508314330
- Henning, K., Leitenberg, H., Coffey, P., Bennett, T., & Jankowski, M. K. (1997). Long-term psychological adjustment to witnessing interparental physical conflict during childhood. *Child Abuse & Neglect, 21* (6), 501-515.
- Holmes, J. (1993). *John Bowlby and Attachment Theory*. Routledge: London & New York.
- Holt, M.K. & Espelage, D., L. (2007). Perceived social support among bullies, victims and bully-victims. *Journal Youth Adolescent, 36*, 984-994.
- Howell, K., Barnes, S., Miller, L., & Graham-Bermann, S. (2016). Development variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. *Journal of injury and violence research, 8* (1), 43-57.
- Huertas, D., Aliño, J., & Hervás, M. (2005). *Neurobiología de la Agresividad Humana*. Barcelona: Psiquiatría Editores, Ars Medica.
- Hughes, H. M., Massura, C. E., Anukem, V., Cattage, & S. J. (2016). Women College Students Reasons for Engaging in Psychological Dating Aggression: A Qualitative Examination. *J Fam* 31, pp.239-249. doi:10.1007/s10896-015-9758- y.

- Ibabe, I., Jaureguizar, J. & Díaz, O. (2007). *Violência filio-parental: conductas violentas de jóvenes hacia sus padres*. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Jennings, Wesley., Chidkike O., Alex P., Christine S., & Delphine T. (2017). Dating and intimate partner violence among young persons ages 15-30: Evidence from a systematic review. *Aggression and Violent Behavior* 33, 107-25.
- Kaufman, J. & Zigler, E. (1993), The intergenerational transmission of abuse is 'overstated'. In R.J. Gelles & D.R. Loseke (Eds), *Current Controversies on Family Violence*. Newbury Park. CA: Sage Publications.
- Kelley, M. L., Klostermann, K., Doane, A. N., Mignone, T., Lam, W. K., Fals-Stewart, W. & Padilla, M. A. (2010). The case for examining and treating the combined effects of parental drug use and interparental violence on children in their homes. *Aggression and Violent Behavior*, 15, 76-82.
- Kerley, K., Xu, X., Sirisunyaluck, B., & Alley, J. (2010). Exposure to family violence in childhood and intimate partner perpetration or victimization in adulthood: Exploring intergenerational transmission in urban Thailand. *Journal of Family Violence*, 25, 337-347.
- Kearney, M.S. (2015). *Recognizing Warning Signs of Dating Violence: The Contributions of Gender Role Orientation And Hypergender Constructs*. (Tese de Pós Graduação), University of Maryland.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, S. J. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17, 288-301.
- Laporte, L., Jiang, D., Pepler, D. J., & Chamberland, C. (2011). The relationship between adolescents' experiences of family violence and dating violence. *Youth and Society*, 43, 3-27.
- Lei 59/2007 de 4 de setembro. Diário da República, 1ª série, nº70, 4 de setembro de 2007. Vigésima terceira alteração ao Código Penal aprovado pelo D.L. 400/82 de 23 de setembro.

- Loh, C., & Gidycz, C. A. (2006). A prospective analysis of the relationships between childhood sexual victimization and perpetration of dating violence and sexual assault in adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 732-749.
- Lopes Neto, A. A. (2005). Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, 81 (5), 164-172.
- Lourenço, L; Pereira, B & Senra, L. (2012). A gestão educacional na caracterização e prevenção do *bullying*. *Actas do II Seminário Internacional Contributos da Psicologia em Contextos Educativos* (pp.365-374). Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Maciel, G.M. (2019). *Violência filio-parental perpetrada por menores. Da vitimação á resposta judicial portuguesa*. Repositório da Universidade Fernando Pessoa.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2002). Vitimologia e criminologia. In Gonçalves, R. A. & Machado, C. (eds). *Violência e Vítimas de Crimes, (1) Adultos* - (pp. 17- 42) Coimbra: Quarteto Editora.
- McCord, J. (1977). A comparative study of two generations of native Americans. In R.F. Meier (Ed.), *Theory in criminology* (pp.83-92). Beverly Hills, CA: Sage
- Magdol, L., Moffit, T.E., Caspi, A., Newman, D. L., Fagan, J., & Silva, P.A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-years-old: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 68-78.
- Maia, A. B. (2020). *Questionário e Entrevista na Pesquisa Qualitativa*. São Carlos - São Paulo: Pedro e João Editores.
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30, 97-102.
- Marconi, M. A. & Lakatos, M. (2009). *Fundamentos de metodologia científica* (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Matilla VM, Parkkari J, Lintonen T, Kannus P, Rimpelä A (2005) Occurrence of violence and violence-related injuries among 12-18-year-old Finns. *Scand J. Public Health* 33, 307-313.

- Marmoz, L. (2006). “La violence comme necessite historique: une place pour l’ecole?” In Estrela, T., Marmoz, L. *Indiscipline et violence à l’école. Études Européennes*. Paris: L’Harmattan.
- Marques, M.A. (2016). *Violência no Namoro em Estudantes Universitários Portugueses*. (Tese de Mestrado): Universidade da Beira Interior.
- Matjasko, J. L., Needham, B. L., Grunden, L. N., & Feldman, A. (2010). Violent victimization and perpetration during adolescence: developmental stage dependent ecological models. *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 1053-1066. doi:10.1007/s10964-010-9508-7.
- Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In R. A. Gonçalves, C. Machado, *Violência e Vítimas de Crimes, (1) Adultos* (pp. 83-129). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência - Gestão de problemas de Saúde em Meio Escolar*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Merry, S. E. (2011). *Gender violence: A Cultural perspective*, 3. Wiley-Blackwell.
- Milletich, R., Kelley, M., Doane, A., & Pearson, M. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. *Journal of Family Violence*, 25, 627-637.
- Mitsopoulou, E., & Giovazolias, T. (2015). Personality traits, empathy, and bullying behavior: *A meta-analytic approach*. *Aggression and Violent Behavior*, 21, 61-72.
- Oliveira, J. & Barbosa, A (2012). Bullying entre estudantes com e sem características de dotação e talento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (4), 747-755.
- Oliveira, M.S., & Pinto, P.V. (2019). *Da Infância à terceira idade: intervenção em contextos de violência e crime*. Porto: Mais Leituras
- Oliveira, M.S. (2015). *Transmissão Intergeracional da Violência*. Chiado Editora.

- Oliveira, M.S., & Sani, A.I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 162 - 170.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Blackwell Publishing.
- Owens, L., Slee, P. & Shute, R. (2000). It Hurts a Hell of a Lot. The Effects of Indirect Aggression on Teenage Girls. *School Psychology International*, 21 (4), 359-376. doi: 10.1177/0143034300214002.
- Pereira, A. (2005). (In)disciplina na aula: uma revisão bibliográfica de autores portugueses. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 193-198.
- Pereira, B. (1997). *Estudo e Prevenção do Bullying em Contexto Escolar. Os recreios e as práticas agressivas da criança*. (Tese de Doutoramento), Universidade do Minho.
- Pereira, N. & Júnior, S. (2017). O bullying nas escolas sob a perspectiva dos estudantes de Floriano-Pi: um estudo preliminar.
- Pereira, B. O. (2008). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2a Edição.
- Pingley, T. (2017). The Impact of Witnessing Domestic Violence on Children: A Systematic Review. Faculty of the ^[L]_{SEP} School of Social Work, University of St. Thomas.
- Pollak, R. A. (2004). An intergenerational model of domestic violence. *Journal of Population Economics*, 172 (2), 311-329.
- Ribeiro, M. C.O, & Sani, A. I. (2009). Risco, Proteção e Resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.
- Ricardo, C., Fonseca, M., & Figueiral, S. (2015). *Fatores associados à violência no namoro*. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

- Roadkin, et al., (2015). A relational framework of understanding bullying: Developmental antecedents and outcomes. *American Psychologist*, 70 (4), 311.
- Rodríguez, N. (2004). *Guerra em las aulas*. Madrid: Temas de Hoy.
- Rosen, K. H., Bartle-Young, S., & Smith, S. M. (2001). Using Bowen Theory to enhance understanding of the intergenerational transmission of dating violence. *Journal of Family Issues*, 22, 124-142.
- Sani, A. (2016). *Violência Vicariante*. Dicionário Crime, Justiça e Sociedade. Sílabo, 524-526.
- Sá, J.J. (2012). *Manifestações de Bullying no 3o Ciclo do ensino Básico - um estudo de caso*. (Tese de Mestrado), Universidade de Aveiro, Portugal.
- Shorey, R. C., Cornelius, T. L., & Bell, K. M. (2008). A critical review of theoretical frameworks for dating violence: Comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 185–194.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. d. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5a ed.). Porto Alegre: Editora Penso.
- Santos, A. P., Caridade, S., & Cardoso, J. (2019). Violência nas relações íntimas (des)ajustamento psicossocial e estratégias de coping. *Contexto Clínicos*, 12 (1), pp.2-25. doi: 10.4013/ctc.2019.121.01.
- Santos, A., & Caridade, S. (2017a). Violência nas Relações Íntimas entre Parceiros do Mesmo Sexo: Estudo de Prevalência. *Temas em Psicologia*, 25 (3), pp. 1341-1356. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-19Pt>.
- Sebastião, J., Alves, M., Campos, J., & Correia, S. (2003). Violência na Escola: os Equívocos Mais Frequentes. *Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação?* XV Colóquio AFIRSE.
- Serrate, R. (2009). *Lidar com o bullying na escola*. K. Editora, Lda: Coleção Educação.
- Shariff, S. (2011) *Cyberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família*. Porto Alegre: Artmed.

- Silva, A. S. (2015). *Violência contra Mulheres em Contexto Íntimo de Namoro. Olhares no Feminino* (Tese de Mestrado), Universidade do Porto.
- Simões, C., Gaspar, T., Matos, M., Negreiros, J. (2009). Estratégias para prevenir. In. Filho, H. e Ferreira-Borges, C. (coord.). *Violência, Bullying e Delinquência*. Coisas de Ler Edições, 97-127.
- Simons, D. A., & Wurtele, S. K. (2010). Relationships between parents' use of corporal punishment and their children's endorsement of spanking and hitting other children. *Child Abuse & Neglect*, 34, 639-646.
- Slee, P. & Rigby, K. (1993). Australian school children's self-appraisal of interpersonal relations: the bullying experience. *Child Psychiatry and Human Development*, 23, 272-283.
- Smack, A. J., Kushner, S. C., & Tackett, J. L. (2015). Child Personality Moderates Associations Between Parenting and Relational and Physical Aggression. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 24, 845-862, doi:10.1080/10926771.2015.1062450.
- Smith, B., Dempsey, A., Jackson, S., Olenchak, F. & Gaa, J. (2012). Cyberbullying among gifted children. *Gifted Education International*, 28 (1), 112-126, doi: 10.1177/0261429411427652.
- Smith, P. K., Kwak, K., & Toda, Y. (2016). *School bullying in different cultures - Eastern and western perspectives*. Cambridge University Press.
- Stevenson, A. (Ed.). (2010). *Oxford dictionary of English (3a ed.)*. Oxford: Oxford University Press.
- Stickley A, Kislitsyna O, Timofeeva I, & Vågerö D. (2008). Attitudes toward intimate partner violence against women in Moscow, Russia. *Journal of Family Violence*, 23, 447-56
- Taft, C. T., Bryant-Davis, T., Woodward, H. E., Tillman, S., & Torres, S. E. (2009). Intimate partner violence against African American women: An examination of the sociocultural context. *Aggression and Violent Behaviour*, 14, 50-58.

- Teixeira, A. I. G. S. (2015). *Violência Física no Namoro em Jovens Universitários*, Tese de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Temple, J. R., Shorey, R. C., Tortolero, S. R., Wolfe, D. A., & Stuart, G.L. (2013). Importance of gender and attitudes about violence in the relationship between exposure to interparental violence and the perpetration of teen dating violence. *Child Abuse & Neglect*, 37, 343-352.
- Ventura, A. & Fante, C. (2013). *Bullying - Intimidação no ambiente Escolar e Virtual*. Belo Horizonte: Editora Conexa.
- Villa Gil, F. (2020). *El bullying que no cessa. Las bases de la violencia escolar*. Barcelona: Editorial Octaedro.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. F. Walsh, *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 3-27). Artmed.
- Wallace, H., & Roberson, C. (2010). *Family violence: Legal, medical, and social perspectives* (Sixth Edition). Harlow, UK: Pearson.
- Wareham, J., Boots, D.P., & Chavez, J.M. (2009). A test of social learning and intergenerational transmission among batterers. *Journal of Criminal Justice*, 37, 163-173.
- Widom, C. S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244(4901), 160-166.
- Wiehe, V. R. (1998). *Understanding family violence: treating and preventing partner, child, sibling, and elder abuse*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Whitney, I. & Smith, P. (1993). A survey of the nature and extent of bullying in junior/middle and secondary schools. *Educational Research*, 35,3-25. doi: 10.1080/0013188930350101.
- WHO. (s. d.) *The ecological framework*. (s. d.). <https://www.who.int/violenceprevention/approach/ecology/en/>.

- Wolf, K. A., & Foshee, V. A. (2003). Family violence, anger expression styles and adolescent dating violence. *Journal of Family Violence, 18*, 309-316
- Yoshihama, M., & Horrocks, J. (2010). Risk of intimate partner violence: Role of childhood sexual abuse and sexual initiation in women in Japan. *Children and Youth Services Review, 32*, 28-37.
- Zych, I., Baldry, A. C., & Farrington, D. P. (2017). School Bullying and Cyberbullying: Prevalence, Characteristics, Outcomes, and Prevention. V. B. Van Hasselt & M. L. Bourke (Eds.), *Handbook of Behavioral Criminology*, pp. 113-138. Springer International Publishing.